



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

Escola e Desporto – uma análise reflexiva sobre os
contributos da actividade desportiva no desenvolvimento nos
jovens estudantes

Relatório de Actividade Profissional
apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
**Ciências da Educação – Administração e
Organização Escolar**

Elizabete Abreu da Silva

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

AGOSTO 2019



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

**Escola e Desporto – uma análise reflexiva sobre os
contributos da actividade desportiva no desenvolvimento nos
jovens estudantes**

**Relatório de Actividade Profissional
apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
Ciências da Educação – Administração e
Organização Escolar**

Elizabete Abreu da Silva

Sob a Orientação do
Prof. Doutor **Carlos Alberto Vilar Estêvão**

“Porque há só duas maneiras de se ter razão. Uma é calar-se, que é a que convém aos novos. A outra é contradizer-se, mas só alguém de mais idade a pode cometer. Tudo mais é uma grande maçada para quem está presente por acaso. E a sociedade em que nascemos é o lugar onde mais por acaso estamos presentes”.

Álvaro Campos

Dedico este trabalho a todos os alunos.
Continuem a aproveitar o que de bom tem o Desporto, "sem grandes maçadas,
sem grandes acasos".

Obrigado e um abraço especial.

Resumo

O presente trabalho resulta do exercício de reflexão sobre o papel do docente na área de Educação Física ao longo de vinte e três anos na Escola 2 e 3 ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário, Região Autónoma da Madeira.

A exposição do seu conteúdo divide-se em duas partes fundamentais: na primeira descreve-se e caracteriza-se o processo dos modelos organizacionais da escola: modelo burocrático e político. Para tal, considera-se a realidade e contexto em que a escola se inscreve. Aborda-se também, a temática do Desporto como meio para desenvolver os valores no meio escolar. Na segunda parte, após a caracterização da escola, estabelece-se uma relação entre a operacionalização dos valores desportivos no meio escolar (segundo a nova flexibilidade curricular); faz-se referência às actividades desenvolvidas pela docente e realiza-se uma reflexão sobre a sua acção enquadrada nas dimensões indicadas pelo Decreto-Lei nº55/2018, que define o perfil do aluno. Aqui destaca-se os aspectos relativos ao processo de transmissão de valores fundamentais para a melhoria do desempenho dos alunos, tendo em conta a sua dimensão científica e pedagógica e a dimensão de participação nas actividades da escola e comunidade local, num processo que se pretende de formação contínua e de desenvolvimento pessoal de cada um deles.

Palavras Chave: Escola; Educação Física; Organização; Valores; Reflexão Crítica; Perfil do Aluno; Relação com a Comunidade; Projectos de Intervenção Pedagógica

Abstrat

This work results from the exercise of reflection on the teaching performance in the physical education area at the School 2 and 3ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade - Campanário, Madeira Island, over the twenty three years that i teach at that school. Its organized in two parts: the first describes and characterizes the models of organization of schools in the context where the school subscribes. The second part referes the activities that the teacher developed and its reflection on his own action, freamed by the aspects mentioned in the Document "Student Profile". The main points are the transmittion of human values to physical education students in a cientific and pedagogic way, where the participation in local activities and comunity are involved in a process of personal development.

keywords: School, Physical Education, Critical Reflection, Human Values, Relationship with the Local Comunit; Intervention Projects.

Índice

Resumo	4
Abstract	5
Índice	6
Introdução	7
Sumário Executivo	9
Parte I – Enquadramento Teórico	12
• 1. A Escola como Organização	12
• 1.1. Modelos de Análise Organizacional na Escola	14
• 1.1.1 Modelo Burocrático	14
• 1.1.2 Modelo Político	17
• 2. Escola e Desporto vs Valores no Meio Escolar	18
• 2.1 Valor Humano, Social e Cultural do Desporto	18
• 2.2 Valores Éticos no Mundo Desportivo	26
• 2.3. Conceito de Desporto e sua Importância no Meio Escolar	28
Parte II – Análise Reflexiva	39
• 3. Caracterização da Escola e seu Plano Anual de Escola	39
• 4. Projecto Educativo da Escola	42
• 5. Operacionalização dos Valores nos Currículos de Educação Física	48
• 6. Visão do Desporto na Escola de Acordo com Novo “Perfil dos Alunos para o Século XXI”	55
Considerações Finais	65
Limitações	72
Referências Bibliográficas	73

Introdução

Perante a constante necessidade de reflectir sobre os contributos da educação escolar (nomeadamente a nível da Educação Física e Desporto) na preparação dos jovens para os desafios de uma sociedade cada vez mais competitiva (e tecnologicamente vazia de sentido, valores e relações humanas), este relatório surge como uma necessidade intrínseca de reflexão sobre esta matéria, quer como professora, quer como educadora de jovens em formação.

O presente relatório desenvolve-se em duas partes. A primeira parte assenta nos paradigmas e pressupostos da escola como modelo organizacional e na sua caracterização teórica. Esta parte do trabalho inclui também, uma abordagem aos conceitos de desporto e de valores humanos imprescindíveis a um ensino de qualidade e construtor da nossa sociedade. A segunda parte analisa de forma crítica, a escola como organização a partir de um modelo burocrático e de um modelo político, a sua estrutura da organização e a cultura de escola do objecto de estudo (Escola 2 + 3 ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade).

Neste sentido, esta reflexão pretende incidir na Educação Física e Desporto em meio escolar, como actividade educativa fundamental para os nossos jovens. Pretende-se dar uma visão da escola como organização que tem em conta os valores individuais e colectivos, a dignidade humana, a relação com os outros, e consigo mesmo, num ambiente de relações que envolve o meio desportivo escolar como meio de transmissão de valores humanos. Pretende-se também, reflectir na escola como um meio onde a organização administrativa e curricular pode assumir um papel de garantia de prosperidade e evolução dos valores humanos de que a sociedade tanto carece.

Ao longo do meu percurso profissional já me deparei com algumas modificações do sistema educativo e com modelos organizacionais diferentes, mas, o foco da minha actuação profissional (quer em ambiente escolar, quer fora dele) esteve mais assente na qualidade do ensino, nas necessidades dos meus alunos/atletas e na transmissão de valores humanos, do que propriamente, na simples obtenção de resultados desportivos escolares.

Neste caminho, por vezes sinuoso, ao longo destes 23 anos, revejo que o desafio de qualquer escola ou organização consiste em capitalizar da melhor forma possível, as competências, qualidades e conhecimentos de todos, por forma a cumprir os objectivos traçados, mas, sem esquecer ou descuidar os projectos individuais de cada elemento (aluno, professor ou outro). Neste caminho, tem de haver envolvimento, multidisciplinaridade, motivação e adaptação à mudança

De facto, o Desporto como actividade transmite e expressa os valores humanos de uma forma mais rápida e directa que muitas outras actividades, já que, e estabelecendo um paralelismo, o querer ganhar, a vitória, o querer superar-se a si mesmo e aos outros, sobressai a cada dia que passa, e cada vez mais, na sociedade actual. Mas, pese embora que, no mundo da Educação Física e do Desporto, o mais importante seja o praticante (a sua dignidade como pessoa humana, a sua relação com o seu corpo, consigo próprio, colegas de equipa, adversários, juizes, professores, equipa técnica, público e todos os agentes desportivos envolventes) não se torna de menor importância, reflectir sobre toda a temática que envolve a escola e sua organização. Esta poderá influenciar a eficácia da educação em determinado estabelecimento de ensino e consequentemente a performance dos seus alunos e a sua forma de agir perante determinadas situações (neste caso, no âmbito desportivo).

Em suma, a qualidade de trabalho dos professores, dos alunos e da comunidade educativa em geral, relaciona-se com a forma como as estruturas de orientação educativa assumem o papel que lhes é dado.

Sumário Executivo

A minha formação académica iniciou-se com a Licenciatura em Educação Física e Desporto: 1993 – 1998, na Universidade da Madeira. Senti, posteriormente, a necessidade de querer alargar os meus horizontes e de querer aprender mais, e para tal, frequentei e terminei a Pós Graduação em Filosofia e Bioética, pela Universidade de Filosofia de Braga, Núcleo do Funchal, em 2005-2006. De seguida, concretizei o Mestrado em Filosofia e Bioética, na área de especialização em Bioética, subordinada ao tema: “Desporto como Actividade Humana”, pela Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, Faculdade de Filosofia, com término no ano de 2009.

Mas, ao longo dos anos, sempre senti essa necessidade de me formar nas mais diversas áreas de intervenção pedagógica e desportiva, e daí ter participado em diversas formações e cursos que considerava importantes para enriquecer os meus conhecimentos e alargar as minhas competências.

A minha carreira profissional começou em 1995, estava eu concluindo a licenciatura em Educação Física e Desporto na Universidade da Madeira. Ingressei esse ano no mercado de trabalho. Assim sendo, e desde essa altura, que a minha vida profissional fundamenta-se em duas grandes áreas de actuação: a experiência profissional e a formação desportiva.

Como referido, a minha experiência profissional iniciou-se no ano de 1995, ao nível nas Escolas Básicas e Secundárias da Madeira, sendo que, actualmente, exerço a minha profissão de Professora pertencendo ao Quadro de Escola 2+3 Ciclo Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário.

Ao longo do meu percurso profissional a nível da docência não passei por muitas escolas, contudo, todas elas tiveram muito significado pessoal e profissional, pela capacidade que me foram proporcionando, para lidar com as situações escolares decorrentes de vários e diferentes contextos ao longo dos anos lectivos. Os cargos que desempenhei também colaboraram, e muito, nesse adquirir e consolidar de experiências. Ao longo destes 23 anos de exercício, desempenhei vários cargos nomeadamente: Delegada de Grupo Disciplinar de Educação Física, Orientadora dos núcleos de Ténis

de Mesa e Judo no Desporto Escolar, coordenadora do Clube Projecto de Prevenção e Educação Rodoviária, representante docente na Comunidade Educativa da Escola, coordenadora de Departamento de Expressões, coordenadora do projecto movimento e saúde, coordenadora do Desporto Escolar, elemento pertencente a equipa da secção de avaliação docente, representante docente no Conselho Pedagógico, elemento docente representante no Eco Escolas.

Particpei também activamente, na dinâmica da organização e gestão escolar e nos órgãos de topo da organização escolar o que me despertou para a problemática da gestão e administração escolar pois, na minha opinião, para entender a escola como um todo, não só ao nível da docência como de todos os elementos, é necessário participar e cooperar na dinâmica interna de uma instituição como é a escola. Torna-se necessário entender os enredos/complexidades que as direcções da escola, tem de lidar como instituição, organização e administração escolar. As suas decisões dependem não só de si mesmas, mas também, dos elementos que dinamizam e orientam pedagogicamente o ensino e que tomam decisões importantes no interior da instituição tais como os órgãos de Direcção, do Conselho Pedagógico e Comunidade Educativa. Segundo a minha perspectiva, este é o triângulo da organização e administração escolar, um com a gestão interna da relação com a hierarquia superior (Secretaria da Educação e toda a comunidade escolar), outro com a tomada de decisões pedagógicas e o terceiro com a relação com o exterior.

Uma outra área de actuação ao longo deste meu diversificado percurso profissional, foi a formação desportiva e actuação como agente desportivo no sistema desportivo regional com diversos cargos, desde atleta, treinador, dirigente, árbitro, coordenador de actividades de ATL, sócia fundadora de um clube desportivo e, actualmente, Presidente da direcção desse mesmo clube.

Representei, como coordenadora técnica e directiva de Judo vários organismos: Técnica do Clube Naval do Funchal de 1995 – 1998, e 1999-2001; - Técnica e dirigente da Associação de Judo da RAM Funchal 1996-2000 e 2004 até Janeiro de 2011; - Técnica do Centro Social e Paroquial da Graça no Santo António. – Funchal, de 1998-2001; - Técnica da Associação Cultural e Desportiva de São João na Ribeira Brava 1998-2007; - Técnica do Complexo Desportivo da Nazaré, Clube Naval do Funchal – Actividades de Tempos Livres de Verão, 1998-2003; - Sócia fundadora,

técnica e dirigente do Clube Judo Brava desde 2007. Na área da formação desportiva frequentei e completei Cursos e participei em acções, conferências, colóquios, encontros, nas mais diversas áreas: Dirigentes Desportivos, de Animadores Desportivos; Monitora de Andebol, Monitora de Judo e Monitora de Florete – Nível II (4º grau) e de Formação Básica de Socorrismo; Árbitro associativo na modalidade de Judo, entre outros. Participei, igualmente, nas mais diversas áreas do mundo desportivo, a nível regional e nacional e internacional.

Este ano lectivo, e no próximo quadriénio 2018/2022, faço parte dos órgãos de direcção, administração e gestão da minha escola, que é assegurada por órgãos próprios que se regem pelos princípios previstos no Decreto Legislativo Regional nº 4/2000/M, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional nº21/2006/M, nos quais participo, activamente, no Conselho da Comunidade Educativa e no Conselho Pedagógico. É de salientar que o Conselho da Comunidade Educativa é o órgão responsável pela definição da política educativa de escola previsto no número 4 do artigo 48º da Lei de Bases do Sistema Educativo e cuja actuação se norteia pelo respeito dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, daquela Lei de Bases e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. Este é o órgão de participação e representação da Comunidade Educativa. E o Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa da Escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Nas Estruturas de Gestão Intermédia e outros órgãos, e de acordo com organigrama apresentado pela escola, as estruturas de gestão intermédia colaboram com o Conselho Pedagógico e Conselho Executivo no sentido de assegurar o acompanhamento eficaz dos alunos numa perspectiva de promoção da qualidade educativa, da qual faço parte como coordenadora do Departamento Curricular, delegada dos Professores de disciplina de Educação Física, dos Conselhos de Turma das turmas que lecciono a disciplina de Educação Física e coordenadora do Desporto Escolar.

A minha carreira profissional na escola se interliga com a desportiva no clube, pois, procuro constantemente transmitir através do desporto, os valores e os benefícios da actividade desportiva para a vida nossos alunos/atletas.

PARTE I – Enquadramento Teórico

"De facto, à organização/instituição “escola” surge inevitavelmente associada a dimensão cultural, quer no sentido mais lato, quer no sentido mais restrito importando, sobretudo, perceber de que forma essa dimensão contribui para o sucesso ou não da organização propriamente dita, como é a escola vista e que efeitos se esperam que produza ”.

Maria do Céu Santos Antunes

1. A Escola como Organização

O estudo da escola como organização tem sido alvo de variadíssimas investigações ao longo dos anos, uma vez que, a sociedade reconhece na mesma, uma missão a desempenhar e uma finalidade própria, que requer para tal, uma gestão eficaz dos recursos, um funcionamento eficiente, trabalho em equipa e distribuição de responsabilidades.

Mas a escola como organização tem sofrido alterações e transformações que acompanham a evolução da própria sociedade e as especificidades decorrentes de ter de respeitar os indivíduos e os grupos, mantendo o princípio de homogeneidade e de observação de regras comuns.

Assim sendo, a escola tem de ser, cada vez mais, uma organização em constante adaptação às novas tecnologias, à constante informação dos media, à pressão sobre ela exercida nos vários campos em que actua, numa perspectiva de enriquecimento de saberes, mas, também, de uma cidadania cada vez mais participativa na sociedade geral e nas suas necessidades actuais.

A escola dinâmica e interactiva, fora de muros, é, a cada dia, uma realidade mais actual e urgente.

No sentido de definir a escola como organização, Lima refere que «compreender a escola como organização educativa especializada exige a consideração da sua

historicidade enquanto unidade social artificialmente construída e das suas especificidades em termos de políticas e objectivos educacionais, de tecnologias pedagógicas e de processos didácticos, de estruturas de controlo e de coordenação do trabalho discente, etc» (Lima, 2011:15).

De facto, o trabalho e a reflexão sobre a escola, ao nível da Sociologia, da Psicologia, e, posteriormente, ao nível das Ciências da Educação e da Sociologia das Organizações Educativas, levam-nos a considerar que a mesma se tem transfigurado em escolas distintas e antagónicas, tentando, em alguns casos, ser “uma comunidade organizada ao serviço da promoção de uma educação de qualidade de todos e de cada um dos percursos escolares” (Azevedo, 2010:13). Contudo, parece ter dificuldade em se comprometer e estruturar adequadamente para cumprir este nobre objectivo, em cada contexto sociocultural pois, só pode fazê-lo no quadro de uma real autonomia pedagógica e organizacional.

Devido à complexidade e diversidade deste tema, e de não ser objectivo deste relatório explicar exaustivamente estes conceitos, tentarei abordar de forma sucinta, duas perspectivas de organização: a burocrática e a política. Apesar da referida abordagem ser alvo de reflexão no próximo ponto, refiro aqui apenas, que a dimensão burocrática apresenta uma lógica formal e programação racional das actividades organizacionais, centrada na relação entre inputs e outputs, cuja função é o controlo dos procedimentos organizacionais formais. Já a abordagem política permite acrescentar à perspectiva burocrática e mecânica do funcionamento das escolas, o carácter informal e de incerteza que os conflitos instalam entre diferentes interesses e poderes, (Castro, 2013: 121).

A organização político-administrativa da educação escolar relaciona-se com a organização curricular do sistema educativo português. Mas, no modelo político, não existem objectivos suficientemente consistentes e partilhados por todos, devido essencialmente, à diversidade de ideologias presentes no poder político e seus decisores, luta e conflito de interesses políticos, entre outros aspectos. Neste modelo, existem algumas dificuldades de aplicação ao nível da escola pública (Ribeiro, 2010).

Assim, ao ser constituída por um leque de especificidades político-culturais organizacionais, a escola, é “socialmente construída por uma multiplicidade de actores,

com formação, percursos e perspectivas educativas diferentes” (Bush,1986: 5-6). O trabalho da organização, ao visar a educação dos adolescentes e jovens, torna singulares os processos e produtos, e os dirigentes e os professores têm o mesmo tipo de formação profissional, o mesmo estatuto, o que torna mais complexo o exercício do poder e a percepção dos objectivos da organização. Efectivamente, a escola pode compreender-se como uma organização plural, ou um mundo de mundos». (Estêvão, 2011: 207) onde a valorização dos objectivos e sua avaliação são percebidas de forma distinta pelos diversos elementos constituintes.

Encarar a escola como um todo e considerá-la como objecto de estudo, permite analisar a realidade escolar de vários prismas e relacioná-los entre si de formas diversas. Neste caso, tentarei analisar qual a influência que a administração escolar poderá ter na transmissão de valores essenciais ao desenvolvimento e crescimento dos meus alunos em valores humanos.

Por conseguinte, e citando Estêvão (Estêvão, 2018: 12) “considero que uma perspectiva mais realista das organizações educativas é aquela que apreende como realidades e realizações multidimensionais constituídas por estruturas, comportamentos e práticas, nem sempre articulados (ou articulados segundo uma conexão complexa), por saberes e representações em construção e frequentemente de sentido incerto”.

1.1 Modelos de Análise Organizacional na Escola

1.1.1 Modelo Burocrático

Quando se analisa o sistema de organização escolar, deparamo-nos com uma diversidade crescente de modelos e perspectivas resultantes da investigação a este nível. Mas, apesar dos diferentes sistemas de organizacionais que se podem encontrar na literatura acerca desta temática, um dos ramos de investigação mais analisados parece ser o da escola no seu aspecto organizacional. Na verdade, o interesse por esta abordagem predomina entre os investigadores, na medida em que, estes tendem a considerar os estabelecimentos de ensino como organizações racionalmente articuladas, que privilegiam a eficácia da educação.

Efectivamente, o modelo burocrático cuja origem se encontra na teoria organizacional de Weber (1964), assenta na convicção de que a burocracia nas organizações formais representa o modo mais eficaz de gestão. Será a teoria de Weber que, e segundo Estêvão, (2018), na sua dimensão sociológica destaca as questões da racionalidade e da dominação, e fará uma das abordagens mais coerentes para compreendermos as organizações, uma vez que ultrapassa a abordagem meramente normativa baseada na eficiência (Estêvão, 2018: 15).

A organização burocrática é ainda, segundo o mesmo autor, e baseado em Weber, aquela que apresenta um conjunto de dimensões que a distinguem e conferem à burocracia uma superioridade técnica sobre outros modelos organizacionais (Estêvão, 2018: 16).

O modelo burocrático de organização esteve na base de muitos estudos sobre as escolas e o sistema educativo, por apresentar um conjunto de características que o distinguem. A centralização da estrutura da autoridade assente em cadeias de comando formais e hierarquicamente niveladas; a orientação por metas; o grau de formalização e complexidade acentuado, os processos racionalizados/controlados pela tomada de decisão e o exercício profissionalizado de funções, são os aspectos mais característicos, apresentado por Estêvão de acordo com a visão do Robert Hall (1978). O peso que cada uma destas características vai ter na organização, determinará se esta é mais ou menos burocrática e se responde ao tipo-ideal. Determinará também se a autonomia dos seus membros e a sua contribuição pessoal é subestimada, e se estes são submetidos a posições pré-determinadas na estrutura, independentemente das suas qualidades pessoais e experiências individuais (Estêvão, 2018: 16). Deste modo, define metas precisas, especifica de forma minuciosa as funções que cada funcionário tem de desempenhar e planear, exercendo um controle que lhe retira autonomia e os domina.

Nasce, talvez aqui, a necessidade de se distinguir a dimensão formal da pessoa, para que a realização das metas da organização seja mais racional. Formularam-se várias soluções para tal, das quais sobressaiu a orientação funcionalista que enfatiza a importância dos papéis e das relações formais em organizações que alocam responsabilidades e criam regras, políticas e hierarquias de gestão para coordenarem as mais diversas actividades e aumentarem a previsibilidade das acções dos seus elementos (Estêvão, 2018:17,18). Mas, segundo Morgan (1996), esta visão máquina de Weber é

mais explicativa e poderosa quando a “máquina” funciona bem, quando as funções são bem definidas, as condições estáveis e existe precisão e trabalho em série.

Contudo, ainda segundo este autor, existem várias limitações do modelo, nomeadamente, o facto de não se adaptar a processos de mudança, inovação ou formatação e apatia dos funcionários.

No campo da educação, o modelo burocrático aplica-se pelo facto das organizações educativas terem um conjunto único de objectivos claros que orientam o seu funcionamento, objectivos esses traçados pelos níveis hierárquicos superiores com critérios racionais para os professores e outros intervenientes no processo educativo. Existe uma diferença entre “política” e “administração”, apesar dos processos de decisão assentarem num controlo formal, baseado em regras determinantes da conduta pré-exigida (Estêvão, 2018:18). A centralização das decisões nos órgãos determinados pelo Ministério da Educação, a prevalência de documentos escritos, a uniformidade e impessoalidade das relações humanas e a pedagogia uniforme são outras características a ter em conta no modelo burocrático aplicado às escolas (Costa, 1996: 39).

Desta forma, parece ser manifestamente insuficiente este modelo burocrático racional neste âmbito (Estêvão, 2018: 21). Torna-se necessário para as escolas a existência de uma estrutura organizacional que garanta a prosperidade do próprio serviço que a instituição oferece. Assim, no sentido de dar continuidade a processos de mudança e de inovação tecnológica, urge encontrar um meio de criar um conjunto harmonioso entre o desenvolver das interações sociais e as possibilidades de desenvolvimento individual e profissional, ou seja, uma organização orientada para as relações humanas (Jaap Scheerens, 2004: 13).

Com isso, inicia-se o desenvolvimento de movimentos de participação ou decisões a nível interno e a valorização dos comportamentos informais na organização relativamente à sua estrutura formal.

O estudo do comportamento humano a vários níveis científicos, as participações democráticas através da criação de diversos órgãos escolares de decisão, quer administrativos quer pedagógicos, e o desenvolvimento de uma pedagogia personalizada começam a surgir como alternativas credíveis aos modelos rígidos e formais. (Gentili, 2004:234).

1.1.2 Modelo Político

Pela necessidade de abordar conceitos e problemáticas diferentes explicativos das dinâmicas organizacionais, surge o modelo político, complementar ao modelo burocrático racional. Dentro da diversidade de interesses, este modelo considera que a actividade política é uma dimensão essencial para as organizações e que os conflitos normais entre as fontes de poder, são factores significativos na promoção de mudanças (Estêvão, 2018: 21).

Nesta linha, Costa (1996) refere que “o modelo político começa a distinguir-se do modelo burocrático e democrático, ao recusar a racionalidade linear e económica (relativamente ao primeiro) e a visão consensual da perspectiva democrática (relativamente ao segundo).

No modelo político, os estabelecimentos de ensino são compostos por uma pluralidade e heterogeneidade de indivíduos e grupos que possuem objetivos próprios, poderes diversos e posicionamentos hierárquicos distintos.

A escola é como um mini sistema político com funcionamento análogo à situação política existente nos contextos macro-sociais. As organizações políticas são definidas como “sistemas políticos”, ”arenas políticas”, com “coligações de interesses”, com diferentes metas, valores, crenças e percepções da realidade (Estêvão, 2018: 22).

As decisões escolares sustentam-se na capacidade de poder e de influência dos diferentes indivíduos ou grupos e desenvolvem-se a partir de processos de negociação em que os interesses, conflitos e poder de negociação são palavras-chave no discurso (Costa, 1996:40).

Ainda mais importante do que a resolução de conflitos, e segundo Bolman and Deal (1984) citado por Estêvão (2018: 22), são as estratégias e táticas de conflito, que levam a uma concordância na divisão de recursos e distribuição de poderes, no sentido de evitar conflitos contínuos.

Em contextos escolares e dado que as escolas são locais de “disputa ideológica” com percepções diferentes dos vários elementos constituintes, os docentes utilizam, por vezes, estratégias “micropolíticas” que estão relacionadas com o uso “estratégico do poder” por contraponto com a estratégia dos directores/gestores e líderes das suas

escolas. Mas, o poder político e sua influência nas organizações escolares, torna-se difícil de enquadrar devido à incerteza e ambiguidade de acção, aos diferentes interesses em que o poder se baseia e ao controle ideológico e material que exerce numa lógica de domínio (Estêvão, 2018: 24).

Infelizmente, a trajectória da educação, ao longo dos anos, parece favorecer as leis do mercado, ao mesmo tempo que pretende colocar no centro a formação plena do ser humano. Institui-se, assim, um certo paradoxo, pois, quem regulamenta todo esse processo é a classe dominante, através do poder do mercado, cujo principal e único objectivo é o crescimento económico a qualquer custo.

A utilização de modelos matemáticos de análise de índices de avaliação para os gestores educacionais, a quantificação exagerada dos aspectos da realidade escolar através de itens que medem a satisfação ou o sucesso de uma escola, são marcas actuais da redução da política à economia. Esta redução desmantela a permanência do espaço público e, na minha opinião, conduz invariavelmente a uma diminuição, cada vez maior, da intervenção do professor como educador de jovens e homens/mulheres com valores humanos capazes de fazer evoluir a sociedade de forma estruturada e dinâmica (mas, que não esquece a sua história e tradições).

A elaboração de um projecto político-pedagógico estruturado torna-se de importância fulcral para a instituição escolar, e deve envolver toda a sua comunidade – interna e externa, numa construção colectiva que procura consolidar os ideais de uma escola democrática, inclusiva e abrangente (Tavares, 2018:1-3). O confronto de dificuldades que decorrem da pluralidade de princípios, racionalidades ou lógicas que estruturam a escola, levam a que cada situação seja alvo de interpretação e de investimento claro na construção política da ordem interna escolar (Estêvão, 2018: 62).

2. Escola e Desporto vs Valores no Meio Escolar

2.1 Valor Humano, Social e Cultural do Desporto

O Desporto, mais do que uma mera actividade humana, diz respeito ao valor e aos direitos fundamentais da pessoa humana, principalmente ao nível da sua componente

relacional. A pessoa humana é um ser em relação e, sem a relação ou sem a dimensão do amor, dificilmente um ser humano amadurece na sua identidade, (Nunes, 2009). Efectivamente, a componente relacional da pessoa humana é a que pode melhor ser vivida através da dimensão desportiva, pois o homem enquanto atleta, treinador, praticante desportivo, pode ajudar a construir a sua identidade e amadurecer, a relação com o outro, através do jogo lúdico e desportivo.

O Papa João Paulo II, ao falar no ano 2000, ano Jubileu dedicado ao desportista, sobre o tema: "No Tempo do Jubileu: o Rosto e a Alma do Desporto", reconheceu, por si que o desporto é "um dos fenómenos típicos da modernidade", um "sinal dos tempos capaz de interpretar as novas exigências e as renovadas expectativas da humanidade, sublinhando o papel do desporto no cultivo de valores relevantes como a lealdade, a perseverança, a amizade, a partilha e a solidariedade" (Fonte Eclésia, 2003:3). Esta abordagem de Karol Wojtyła vem de encontro ao que descreve Estêvão na linha de Boltanski & Thévenon (1991) e Boltanski & Chiapello (1999) acerca da escola como lugar de vários mundos (Estêvão, 2018:58-59) dentro da escola das Convenções. A escola, segundo o autor, é como um mundo doméstico, industrial, cívico, mercantil e mundial onde valores como a proximidade, intimidade, tradição (doméstico); mérito, eficiência, profissionalismo (industrial), igualdade, solidariedade, colectivismo, justiça social, interesse geral (cívico), competição, individualismo (mercantil) e conectividade, mobilidade, integração em projectos, adaptabilidade (mundial) onde coexistem em maior ou menor grau no mundo plural geral, e conseqüentemente também na escola (Estêvão, 2018: 59-61).

De igual forma, e afirmando a importância que o desporto tem na vida de cada pessoa, o Parlamento Europeu consagrou o ano de 2004 como o "Ano Europeu da Educação pelo Desporto". Esta iniciativa pretendia "dar consistência e visibilidade às possibilidades de cooperação entre o mundo desportivo e o mundo educativo, a fim de sublinhar a importância do desporto enquanto instrumento de educação" e realçar a preocupação em criar uma ligação entre o Desporto como meio educativo do ser Humano.

Não podemos esquecer, que "o Desporto educa o homem na pedagogia do esforço, do empenho, do sacrifício, da generosidade, na busca dos valores mais elevados, na superação dos limites, na aposta numa vida com valores e com objectivos".

Por outro lado, através do contacto com os outros, “liberta o homem de todas as formas de egoísmo e potencia a honestidade, o altruísmo, o respeito pelos outros e até pela natureza.

A exigência do aperfeiçoamento físico e moral faz descobrir os caminhos da alegria e da responsabilidade” Baseando-se na mesma fonte,

O desporto constitui um vector de aprendizagem das regras da vida colectiva, ao facilitar a aquisição de valores como o respeito pelos outros, a magnanimidade, a fraternidade, a solidariedade, a partilha, a generosidade, o altruísmo, a doação, o respeito pelas regras e pelas leis, o confronto leal; inculca o sentido da disciplina colectiva e da vida em grupo; ajuda a vencer o egoísmo, o fechamento em si próprio, a auto-suficiência e a evasão alienante; transforma os impulsos humanos, mesmo aqueles que são potencialmente negativos, em propósitos positivos; educa para a cidadania, para o compromisso comunitário e para a responsabilidade solidária; contribui para a edificação de uma sociedade civil, onde o antagonismo é substituído pela sã competição, onde o confronto é substituído pelo encontro, onde a contraposição rancorosa é substituída pelo confronto leal. (Eclésia, 2003:3)

Assim, num tempo em que as diversas formas de violência, de ódio, de racismo, de exclusão e de divisão, tendem a dilacerar o tecido da solidariedade social, o desporto pode tornar-se veículo de civilização e contribuir para a edificação de uma sociedade mais fraterna, mais solidária e mais humana porque o desporto como meio da construção da pessoa.

Contudo, apesar de todos os aspectos positivos que este pode assumir na construção da pessoa humana do atleta, torna-se necessário, e urgente, reflectir eticamente sobre o lado negativo do desporto, que conduz à perda progressiva do seu sentido e essência, ao deixar por vezes, de estar ao serviço da construção integral do homem. Aspectos como o uso de substâncias químicas proibidas que servem para melhorar a competência física dos atletas, mas, viciam os resultados desportivos e colocam em risco a saúde e a vida daqueles que as utilizam são exemplos claros desta situação. A utilização de métodos pouco claros, e frequentemente deseducativos e desumanizantes para obtenção de sucesso a todo o custo, quer por pressão ou ambição;

a indústria desportiva feroz a que assistimos constantemente nos nossos dias (através dos altos valores financeiros numa determinada competição, ou seja, os valores monetários altíssimos que oferecem para a realização de um espectáculo que tem um alto valor comercial) são também aspectos a considerar e reflectir. As pressões exercidas sobre os árbitros, as tentativas de manipulação da opinião pública, os cortes das relações institucionais entre os clubes/associações/federações a nível regional, nacional e internacional, bem como entre atletas e clubes por meros interesses financeiros, tentativas de condicionar as instâncias onde se decidem as questões controversas (por exemplo a nível do futebol, onde é mais visível, dada a importância social que esta modalidade exerce em algumas sociedades); são mais alguns exemplos claros dessa descaracterização dos valores que o desporto deve transmitir.

O Desporto faz parte do património cultural de cada sociedade e, por esse motivo, assume um papel fundamental na construção da pessoa do indivíduo aluno ou atleta. Deve aprofundar, necessariamente, o fundamento da dignidade da pessoa humana como importante critério delimitador de ordem económica no sentido de respeitar as necessidades dos indivíduos que o praticam ou que dele fazem parte. Não obstante, a possibilidade de o Desporto ser articulado no plano económico (em semelhança com o mundo mercantil e industrial que refere Estêvão), inclusive praticado profissionalmente, esta não desvirtua o seu carácter educativo e de valorização da pessoa humana, devendo ser interpretado o seu uso (tanto para aqueles que praticam como aqueles que prestam serviços, fomentando a prática) dentro dos parâmetros e normas éticas e infraconstitucionais delimitadoras.

Relativamente à dimensão social do desporto, e tendo por base, o referido anteriormente do ser humano ser um ser em relação, já em 1975, José Esteves referia que “só existe uma forma de entender o fenómeno desportivo. Essa forma seria a perspectiva das estruturas sociais, uma vez que, o que há de característico e fundamental no Desporto é precisamente o que caracteriza a sociedade em que este se realiza” (Esteves, 1975: 11).

Se reportarmos a 11 de Julho de 2007, a Comissão Europeia vem confirmar essa mesma ideia no Livro Branco sobre o Desporto, apresentado ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social. Este Livro sublinha o impacto que o Desporto pode ter no conjunto das políticas europeias e

no quotidiano dos cidadãos europeus, identificando também as necessidades e as especificidades do mundo do Desporto.

Os temas abordados pelo Livro Branco são três: a função social do Desporto, ou seja, o Desporto enquanto fenómeno social; a dimensão económica do Desporto ou seja, a contribuição do Desporto para o crescimento e a criação de empregos na Europa; e a organização do desporto, ou seja, o papel de cada um dos intervenientes (públicos ou privados, da esfera económica ou desportiva) na gestão do movimento desportivo. Delineia-se assim, neste livro, um plano de acção, baptizado com o nome de Pierre de Coubertin (em homenagem ao pai dos jogos olímpicos da era moderna) onde se propõe uma série de acções concretas que recaem nos aspectos sociais e económicos do desporto como sejam a saúde, a inserção social, o voluntariado, a educação ou as relações externas.

Nada parece mais acertado do que chamar aqui, à dimensão social do Desporto, a figura do Barão de Coubertin, uma vez que este realizou um vasto trabalho no sentido de valorizar os aspectos pedagógicos do Desporto e universalizar a instituição desportiva. Este buscou através do Movimento Olímpico Internacional (MOI) valorizar a competição leal e sadia, o culto ao corpo e à actividade física, reflexo de sua concepção humanista para que o desporto fosse factor de equilíbrio entre as qualidades físicas e intelectuais.

O ideal olímpico do desenvolvimento do desporto para fomentar a paz e a compreensão entre nações e culturas, assim como a educação dos jovens, nasceu, assim, na Europa e foi promovido pelo Comité Olímpico Internacional e pelos comités Olímpicos europeus. A própria Carta Olímpica do Desporto salienta a dimensão social do conceito Olímpico através dos seus princípios fundamentais: promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais enquanto princípios básicos do Desporto; educar a população jovem, através do Desporto, buscando estimular-lhe um espírito de melhor entendimento e amizade, para a construção de um mundo melhor e mais pacífico; espalhar os princípios Olímpicos, pelo mundo, através de um grande festival desportivo, os Jogos Olímpicos; todo o cidadão tem direito a Desporto, nomeadamente através de programas escolares que promovem um grande leque de actividade desportiva através da Educação Física; e respeito acima de tudo perante qualquer raça e entre iguais.

Neste sentido, o Desporto assume-se nos dias de hoje como um dos fenómenos mais importantes da sociedade e o impacto dos acontecimentos desportivos no cidadão comum é enorme quando consideramos: o tempo passado a absorver a informação veiculada pelos “mídia”; a forma e o tipo de participação em actividades voluntárias ou organizadas por instituições vocacionadas para o efeito; o consumo de publicidade ou formas associadas e as dinâmicas colectivas e sociais implicadas. Substancialmente, o desporto moderno enquadra-se numa grande mobilidade de interesses de âmbito político, económico e social quanto à sua divulgação, implementação e participação.

Jorge Bento no seu Livro *Desporto, Saúde, Vida em Defesa do Desporto* refere que o “Desporto é uma actividade que está inscrita na necessidade de movimento, de desafio, de risco, de jogo, de recreio, de excesso, próprias da essência humana”. Defendendo também, que o homem será sempre um «*homo ludicus*», um «*homo sportivus*» (Bento, 1991: 75).

Assim sendo, o valor social do Desporto e o contributo que pode dar à inclusão social resultaram, por um lado, do crescimento da participação activa e passiva das populações em torno deste fenómeno desportivo polissémico e, por outro, da ligação com outros domínios sociais. Esta contribuição do Desporto para a integração e coesão social foi e é tão importante que hoje é reconhecida como fulcral numa sociedade multicultural no plano económico, social e étnico. É um factor insubstituível na integração social por ser a escola de tolerância, solidariedade, factor de aproximação humana, portador de elevados valores morais que o transformam num meio de educação excepcional. Não obstante, a competição desportiva também pode transpor-se para situações de enorme danosidade social como sejam actos de incitamento ao racismo e à xenofobia que em nada dignificam o Desporto e o papel que este merece no relacionamento saudável entre os povos.

Por conseguinte, para além de apresentar um lado social, o Desporto pode ter, igualmente, uma faceta cultural. Naturalmente, o desporto influenciou e retratou culturalmente também o comportamento lúdico e desportivo do povo português. Na Idade Média, por exemplo, os “desportos mais importantes eram a caça, a esgrima e a equitação, que atingiram expressão técnica significativa e guarida nos projectos políticos” (Royer, sd: 178). E este período é revelador da interdependência do social e do político com o Desporto. Mas, por outro lado, ainda na mesma época, ao clero,

“estavam-lhe interditas ocupações mundanas que o afastassem dos deveres para com Deus” (Royer, sd: 137). Reflectindo sobre estes aspectos, o historiador Oliveira Marques, inferiu que “o tipo de divertimentos, a sua intensidade e frequência, se acha fortemente condicionado pelo nível social e pelas possibilidades materiais” (Royer, sd: 138), ou seja, a nobreza e o povo tinham formas diferentes de se divertir e realizar o seu Desporto, sendo que o clero não as realizava de todo. As classes sociais mais evoluídas, beneficiavam de muito tempo de ócio e, por isso, também, as mais aperfeiçoadas técnicas desportivas, pois, nesta altura, o desporto era um jogo transformado, aperfeiçoado, dependendo não só tempo livre para o treino como também do material sofisticado. Assim, o desporto era visto e praticado como um poder económico, pois, só o poderia aperfeiçoar aqueles que tivessem condições económicas para o fazer.

O desporto constitui, em si mesmo, uma actividade com distinto valor social e cultural, inevitável na sua ligação a todos os valores e objectivos desportivos que o assistem. O Desporto é, de facto, multicultural, como por exemplo, no caso da dança, actividade de forte valor cultural e transmissora de hábitos e costumes dos povos. Poucas são as actividades culturais que transmitem tantos valores e permitem a possibilidade de vivenciar esses mesmos valores através do movimento que despertam. Seja como participante, espectador, treinador ou encarregado de educação, a educação através do Desporto é algo mais do que uma evidente transferência de habilidades ou conhecimentos. Envolve também a estimulação de uma atitude reflexiva sobre aquilo que se aprende. O Desporto é, assim, um meio de aquisição de cultura para quem nele verdadeiramente participa, independentemente da forma de participação. Encontra-se efectivamente associado às questões culturais, no modo como as sociedades observam a participação desportiva e entendem o real valor do Desporto e da cultura nas suas próprias vidas.

E, uma vez que o Desporto atrai muitas pessoas a organizações e associações, propiciando o envolvimento activo em iniciativas culturais e o exercício de responsabilidades democráticas, lança uma ponte sobre as diferenças nacionais e culturais, ajudando na integração social dos deficientes e aproximando as pessoas, quer como participantes, quer como espectadoras. Deste modo, tal como refere Rijo, é irrefutável, o facto, de que o “Desporto transmite uma série de valores, quer sejam próprios da sociedade em que está inserido, ou por outro lado, pré-estabelecidos pelas

sociedades antecedentes, reflectindo os valores culturais básicos do meio em que se desenvolve, e portanto, actuando como "transmissor de cultura" (Fernandes, 2003: 1-2)

Urge, simultaneamente, reconhecer que o Desporto preserva e promove a diversidade cultural como factor fundamental do desenvolvimento social e económico de vários países e que este actua como mecanismo muito importante na luta contra a discriminação e na melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, reconhece-se, também, a necessidade de atribuir maior importância às políticas desportivas nas agendas de política nacional dos países. E o Desporto pode ter por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, a criança/adolescente pode ajustar a sua visão do mundo mas, antes de mais, descobrir-se a si mesmo. O Desporto pode constituir-se como um meio de, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reacções. Desenvolver esta atitude de empatia, nas equipas, na escola ou em qualquer tipo de meio desportivo, pode tornar-se muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinar, por exemplo, os jovens a adoptar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos, pode evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre adultos.

Em suma, a diversidade cultural tem uma expressão importante no Desporto como actividade universal que promove uma realização mais harmoniosa da pessoa humana, da coesão social, do respeito mútuo e do desenvolvimento. Todas as pessoas, sem distinção de idade, sexo, grupo étnico, religião, capacidade física ou condição socioeconómica, podem dela participar e beneficiar-se.

O Desporto instala-se em conceitos e preceitos, princípios e ideais, deveres e obrigações, ilusões e utopias. Implica metas e compromissos, hábitos e rotinas de trabalho para lá chegar. Coloca barreiras, desafios e dificuldades e convida a nossa natureza a não se dar por satisfeita com o seu estatuto, a suplantar-se e a obter carta de alforria, procurando alcandorar-se os níveis para os quais não se apresenta como particularmente predestinada. Nele aprendemos que não podemos descansar e que o mérito e o sucesso sérios e honrados

custam entrega porfiada e suada, uma vez que o talento é raro. O Desporto é uma opção pela dificuldade, em face da tentação da facilidade. Socializa no trabalho em grupo e em equipa e leva a partilhar anseios e projectos com os demais. Civiliza a conduta corporal, ética e moral em relação a nós e aos outros. (Bento, 2006: 260).

2.2 Valores Éticos no Mundo Desportivo

Os valores (fundamentalmente o seu sistema e estrutura) funcionam como “princípios que orientam a vida pessoal e social” (Gonçalves, 2017: 1). Nesta óptica, os valores são universais (transcendem as situações), transmitidos pelo grupo social dominante, móbil das acções e padrão de avaliação de condutas e sempre positivos para o indivíduo em questão. Na linha de Rokeach (1973), Schwarz (1994), organiza os valores hierarquicamente e propõe um sistema, estruturado sobre dois eixos, resultantes de outras tantas dimensões motivacionais: (a) da “auto-transcendência” para o “auto-reforço”, da tolerância para o autoritarismo, por exemplo; (b) da “abertura à mudança” para o “conservadorismo”. É fundamental que o Desporto fomente o crescimento de valores educativos para que este não perca a sua essência e respeito pelo ser humano.

Mas, o desporto não é imune ao desenvolvimento. Por isso, nem tudo o que nele acontece suscita aprovação. É fundamental que professores, treinadores, pais, políticos, organizadores do desporto e desportistas consagrados, adotem uma atitude crítica e responsável de acordo com as funções que a cada um correspondem (Bento, 2006: 265).

Infelizmente os valores que a sociedade transmitia ao Desporto, tais como, a honestidade, a lealdade, a sinceridade, a limpidez de processos, a correcção de atitudes, o respeito mútuo entre quem participa na competição desportiva e o respeito inequívoco por regras de condutas cívicas e desportivas por parte de quem é responsável pela orientação desportiva, tendem, cada vez mais a serem irrelevantes e a estarem em vias de extinção. Não obstante, o jovem atleta tende a valorizar o desporto, como um meio de socialização e crescimento, daí a necessidade do Desporto não ser só entendido na sua componente de desenvolvimento motor, mas, também, nos seus aspectos educativos, dos quais realçámos a importância do espírito desportivo como componente do processo de desenvolvimento físico, social e moral, da criança e do jovem ou adulto.

Quando abordamos a temática da ética no desporto consideramos que existem valores sociais elementares que se repercutem nas diferentes manifestações desportivas, ao mesmo tempo que reconhecemos na prática desportiva uma ferramenta de incomparável potencial para a educação desses mesmos valores. Efectivamente, o desporto tem inerente um conjunto de valores - respeito, *fair play*, tolerância, espírito de equipa, disciplina, verdade, entre outros, sem a presença dos quais perderia todo o seu pendor educativo. É a vivência e a prática destes valores que conferem sustentabilidade à prática desportiva como uma actividade de enobrecimento humano.

Em tudo tem de existir limites e regras. Neste campo, a Ética Desportiva, ao surgir como uma estrutura moral, define alguns limites para o comportamento dos desportistas, bem como de todos os agentes desportivos. Preserva um sistema desportivo progressivo, ou seja com respeito ao espírito desportivo e à tolerância. É possível competir respeitando o adversário, reconhecendo o seu valor e competência, vendo-o como um oponente indispensável, sem o qual não existe competição. Verificamos que se pensarmos em ética desportiva, esta deriva das normas e regras do próprio jogo, mas, por outro lado, não se pode indissociar da ética pessoal, que vem de cada um, de cada indivíduo, da sua forma pessoal de ver as coisas pelo bem, e menos bem, ou seja de se reger pelos seus próprios valores morais.

Mas, apesar dos ideais idóneos de lealdade e cooperação, e de competição com respeito e dignidade, existirem no pensamento e prática de alguns, a prática desportiva (apesar ser um meio específico e especial) envolve-se de instrumentos sombrios onde a ambição do querer ganhar a todo o custo não parece ter limites. Os fins, o querer ganhar, parecem justificar todos meios, sejam eles a violência, a corrupção, a fraude, o *doping*, a deslealdade, ou seja a ausência de espírito desportivo e de *fair play*.

Os princípios éticos constituem-se como orientações pelas quais o homem rege o seu comportamento tendo em vista uma filosofia moral dignificante e uma orientação para vida humana nos mais diversos campos da actividade, inclusivamente, no designado mundo do desporto. Assim, tentar focalizar um tema já em si tão vasto como é a ética, na área que nos serve de abordagem, o mundo desportivo, levanta-nos alguns entraves, nomeadamente, o facto de o mundo desportivo em si também ser muito vasto e abrande muitas áreas. Mas, partindo do princípio que a ética tem por objectivo o juízo de apreciação que distingue o bem e o mal, tentar-se-á focalizar a nossa atenção no

mundo desportivo e nas atitudes dos agentes desportivos que podem ser comportamentos correctos e incorrectos, respeitar ou não as regras. O comportamento é ético quando visa, promove ou respeita a realização de si próprio, na relação constitutiva com e para os outros, no quadro de instituições justas. A necessidade ética de auto-realização pessoal e social (que se revela na consciência do direito e da responsabilidade de cada pessoa na construção da vida, própria e dos outros) exige a liberdade necessária para o seu pleno exercício. Nesse sentido, a liberdade ética não se refere somente à ausência de coacção externa, mas, exige também, a libertação de pressões interiores mesmo as que provêm de interesses científicos, económicos ou políticos ou até das que baseiam em preconceitos culturais ou positivismo religiosos não livremente integrados.

A ética tradicional do Desporto de competição (e do desportista) torna-se insuficiente quando sentimos a necessidade de acrescentar um conjunto de novos temas tais como: a engenharia genética no Desporto, o papel do Desporto no apoio e mudança de comunidades, identidades e sexualidades, ética ecológica para o desporto num mundo global, intervenções éticas das organizações e culturas do desporto, os próprios sistemas de transferências dos atletas, a crescente comercialização (a dificuldade em harmonizar o desporto com a ideia de bem), o desporto de rendimentos das crianças e jovens, a corrupção, a fraude desportiva, o *doping*, a equidade, o acesso ao desporto (quer por questões raciais quer por deficiência), entre muitos outros temas actuais e cada vez mais fracturantes.

Em suma: “A ética não é uma etiqueta que se coloca ou que se tira de acordo com os interesses pessoais ou passageiros. Ética é, e tem de ser, como um farol que orienta a vida humana em todas as situações ou momentos, mesmo naqueles actos conotados com o lazer ou com o desporto profissional” (Garcia, 2005: 90).

2.3 Conceito de Desporto e sua Importância no Meio Escolar

Com base no que já se explanou anteriormente, o Desporto não se limita à formação das aptidões físicas do indivíduo em actividades individuais como a natação, atletismo, judo ou modalidades colectivas como o futebol, andebol, voleibol, basquetebol, entre muitas outras. Na realidade, o desporto transcende aquela dimensão

puramente recreativa que surge de imediato no subconsciente de alguns indivíduos quando se fala no mesmo ou em educação física como uma disciplina do currículo escolar.

Efectivamente, a participação em diversas actividades físicas comporta um conhecimento e uma percepção centrados em princípios, valores e conceitos como ‘regras de jogo’, competição leal (*fair play*) e respeito, consciência táctica e física, bem como uma consciência humana, social, cultural, associada à interacção pessoal, competitividade saudável e esforço de equipa em inúmeros desportos.

Assim, a importância do Desporto na vida escolar das nossas crianças e jovens deve ser cada vez mais valorizada.

Mas, contextualizando um pouco o conceito de desporto e sua origem, este, enquanto actividade física, é muito antigo, de forma que são inúmeras as definições e variadíssimas as considerações no ponto de vista de vários autores. Com efeito, no séc. VIII a.C. já existia competição centrada no triunfo do melhor, apesar de os Gregos utilizarem o desporto para unificar o mundo grego visando a pacificação. Tal objectivo, deve-se a grande parte à integração do desporto, na educação humanista deste povo, que visava o equilíbrio do corpo e espírito (Carvalho, 1986: 7).

O continente europeu foi, assim, o berço de toda a criação do desporto, fazendo com que pela primeira vez na história este se institucionalizasse, adquirindo mesmo um significado educativo, estético, religioso e político.

Das várias propostas descritas pelos inúmeros autores que se preocuparam em reflectir sobre esta questão, saliento, apenas algumas, fundamentadas por Gustavo Pires no seu livro *Desporto e Políticas – Paradoxos e Realidades*, que descreve muito sucintamente, um levantamento da definição de desporto ao longo dos tempos e em diversas perspectivas. Não se pretende, pois, explicar exhaustivamente as definições do conceito de desporto descritas em inúmeros livros ou publicações, mas sim, tentar de forma clara e sucinta, demonstrar a heterogeneidade de definições a que o conceito foi sujeito.

Gustavo Pires cita, a título de exemplo, Antonelli, que identifica Desporto como “o jogo, o movimento e o agonismo (competição) como seus três elementos básicos, ao

mesmo tempo que distingue o ético-moral, o psicopedagógico, o psicoprofilático e o psicoterapêutico como quarto aspectos do desporto”; e George Magname, que define o Desporto como “actividade de lazer cuja dominante é o esforço físico, praticada por alternativa ao jogo e ao trabalho, praticada de uma forma competitiva comportando regras e instituições específicas, e susceptíveis de se transformarem em actividades profissionais” (Pires, 1996:369).

Muitas outras definições se podem recolher e juntar a estas aqui referidas. Por exemplo, o Manifesto Mundial do Desporto redigido por Philip Noel Baker, divulgado em 1964, pelo *Conseil Internationale d'Education Phisique et sport* (CIEPS), órgão vinculado à UNESCO, que define desporto como, toda a actividade física, sem carácter de jogo, que toma forma de uma luta do seu executante consigo mesmo, ou de uma competição com outros (Capinussú, 1997:20¹).

Com efeito, qualquer que seja a definição escolhida, o desporto deve ser, na minha opinião, e como refere Guima, “uma atitude pessoal, uma forma de admitir a vida, que se consegue pela reiteração de exercícios físicos, que se concretiza em conhecer-se e aceitar-se e aos outros, sem que se produza outro benefício para a sociedade” (citado por Pires, 1996: 370), relevando-se como prática e atitude integrada na cultura. Salienta, no entanto, David Milher, que no mundo existem cinco idiomas fundamentais, o dinheiro, a política, a arte, o sexo e o desporto. Acrescenta ainda um quinto e sexto elemento no desporto que é a droga e a corrupção (Milher, 1992: 266).

Através de todas estas abordagens diferentes, e de toda a reflexão sobre o tema nas mais variadas áreas do conhecimento, podemos aferir que a actividade física e desporto, são conceitos ainda facilmente confundíveis. Diferentes, mas parecidos, o primeiro é mais abrangente que o segundo. “Considera-se como actividade física tudo o que implica movimento, força ou manutenção da postura corporal contra a gravidade e se traduza num consumo de energia” (Pires, 1996: 374). Este conceito é muito abrangente e mostra que o espectro da actividade física é muito vasto, quer em tipo, quer em intensidade.

Assim, pode-se praticar actividade física sem se praticar desporto. Como se afirma no quotidiano linguístico: "ser desportista é uma opção; ser activo é uma necessidade".

Ainda, segundo Miller, a actividade física pode ser classificada em dois grandes grupos: actividade física espontânea e actividade física organizada, também designada estruturada ou formal, sendo que cada tipo tem as suas vantagens e limitações. Citando o autor:

A actividade física espontânea é aquela que está integrada nos hábitos da vida diária: deslocações a pé, subir escadas, passatempos ou profissões fisicamente activas, levar os filhos ou os animais a passear, etc. As suas vantagens são: estar sempre acessível, podendo ser praticada todos os dias e a qualquer momento do dia; não obrigar a custos económicos significativos, nem a deslocações aos locais da sua prática pois em qualquer lugar se pode caminhar, subir escadas ou fazer certos exercícios. As suas limitações são não desenvolver ao máximo as várias capacidades físicas, devido à sua baixa intensidade e ao facto de não trabalhar as várias componentes da chamada condição física. A actividade física organizada é a que se pratica em clubes desportivos, ginásios e instituições afins. Requer mais condições mas traz benefícios adicionais em relação à primeira. As suas vantagens e limitações são as inversas em relação à actividade física espontânea. (Barata, sd: 365)

Sendo certo que existe uma enorme complexidade e variedade de definições, análises, interpretações ao conceito de desporto e de actividade física, sua divisão, subdivisão, não poderia como docente deixar de apontar algumas das finalidades da actividade física e desportiva na Escola, que, aliás, surge como ponto a explanar neste item a que me propus.

Os objectivos que transcendem a educação física e o desporto – como uma boa saúde, um desenvolvimento pessoal sólido e a inclusão social dão maior peso à importância de incluir esta disciplina no currículo escolar. Como referido anteriormente, a própria Comissão Europeia tem vindo a expressar o valor social da educação física e do desporto em vários documentos emitidos. A Comissão salientou no seu Livro Branco, que o tempo dedicado ao desporto, seja nas aulas de educação física em contexto escolar, seja em actividades extracurriculares, possibilita efeitos benéficos substanciais para a saúde e para a educação.

A importância na dimensão cívica da actividade física e desportiva permite aos jovens um contacto directo com elementos da cultura desportiva essenciais para lá das fronteiras do desporto e da escola, a aprendizagem das regras da cooperação e da competição saudável, dos valores da responsabilidade e do espírito de equipa, do esforço para atingir metas desejadas ou da importância de cumprimento de objectivos individuais e colectivos.

Com efeito, o desporto escolar representa uma mais-valia na educação e formação dos jovens e conquista um lugar de destaque no sistema educativo, ao representar um espaço de prática desportiva de competição ou lazer e ao ser um elemento fundamental na educação para a cidadania dos nossos alunos. Não podemos ignorar que o desporto escolar é um factor de grande extensão da vida social das crianças e jovens.

A valorização social da actividade física e desporto, transforma a escola num elemento cuja função central é educar para a cidadania responsável. A elevada prática desportiva dos jovens, o desporto e actividade física surgem assim, incluídas num modelo que lhes desenvolve os conhecimentos e competências necessárias para viverem integrados saudavelmente em sociedade. Com efeito, o desempenho individual e colectivo de alunos e professores na performance desportiva permite o desenvolvimento de vínculos entre as crianças e os jovens com a escola como instituição. A escola transforma-se num espaço que lhes atribui a oportunidade de se realizar e potencializar as suas capacidades físicas relacionais e cognitivas.

A actividade física e desportiva tem assim, subjacente uma concepção de educação integrada, a partir dos conhecimentos adquiridos na vida familiar e na comunidade de origem de cada aluno. Promove o gosto pela prática regular das actividades físicas e assegura a compreensão da sua importância como factor de saúde e componente da cultura, na dimensão individual e social. E, as finalidades educativas representam o ideal humano, dando sentido e orientação, neste caso à actividade física e desportiva. Nesta perspectiva, são também finalidades da actividade física e desportiva, o promover a formação de hábitos, atitudes e conhecimentos relativos à interpretação e participação nas estruturas sociais no seio das quais se desenvolvem as actividades físicas.

Valorizar a iniciativa e a responsabilidade pessoal, a cooperação e a solidariedade, a ética desportiva, a higiene, segurança pessoal e colectiva, a consciência cívica na preservação de condições de realização das actividades físicas, em especial da qualidade do ambiente e do fomento do espírito desportivo e do *fair play*. O respeito pelas regras das actividades e por todos os intervenientes, é igualmente um objectivos pedagógico que salienta a importância do desporto como dimensão social e promotor de atitudes que valorizam a solidariedade, a cooperação, a ética desportiva (Barata, sd: 365).

Acerca deste tema, Jorge Bento, na promoção do Congresso de Desporto e Actividade Física e Saúde, da Faculdade de Desporto do Porto, refere que:

O desporto e a actividade física adquirem portanto uma valorização extraordinária à luz das preocupações crescentes com a saúde e a corporalidade. Por isso se justifica convocar o contributo da ciência para fundamentar essa relação. E do mesmo modo é curial renovar e reforçar o papel da escola para cumprir a sua missão neste domínio (Bento, sd: 2).

O Desporto Escolar não deve ser apenas visto como uma alternativa à aprendizagem nas disciplinas nucleares mas sim, como uma plataforma a partir da qual deve ser trabalhada a transversalidade das rotinas que potencializam o bom desempenho desportivo.

Se alunos e professores realizassem um trabalho continuado, disciplinado e metódico tão importantes para o sucesso desportivo, a qualidade do ensino e da aprendizagem poderia atingir níveis mais elevados e, conseqüentemente, os resultados escolares dos alunos serem mais elevados.

A prática de qualquer modalidade de formação e/ou orientação desportiva proporciona o desenvolvimento de competências físicas, técnicas e táticas com visíveis benefícios na formação integral dos jovens. Nas Orientações sobre a "Actividade Física Benéfica para a Saúde" (Grupo de Trabalho da UE 'Desporto & Saúde', 2008), a União Europeia apelou para uma maior atenção aos problemas físicos e mentais causados pelo decréscimo da actividade física entre os jovens e o aumento concomitante de um estilo de vida sedentário e da obesidade. As orientações estimavam que até 80 % de crianças em idade escolar só praticam uma actividade física na escola, e que necessitariam de no

mínimo mais uma hora diária de exercício físico ligeiro. Ou seja, tempo suficiente dedicado ao desporto e à actividade física na escola, quer no âmbito do currículo formal quer numa base extracurricular, pode contribuir consideravelmente para um estilo de vida mais saudável. Desta forma, todos os países europeus identificam a importância da educação física e desporto na escola.

A disciplina integra todas as estruturas curriculares centrais e é obrigatória no ensino primário e no ensino secundário inferior por toda a Europa.

Mas, no que respeita ao tempo mínimo dispensado à educação física, denotam-se grandes diferenças entre os países. Em geral, a carga horária lectiva corresponde a 50-80 horas por ano, uma distribuição que se tem mantido praticamente igual ao longo dos últimos cinco anos, sendo relativamente baixa em relação a outras, como por exemplo, a matemática (metade do tempo). Em geral, corresponde a menos de 10 % da carga horária total.

A promoção da educação física e do desporto nas escolas implica a introdução, criação e adaptação de políticas que visam sensibilizar a opinião pública para a importância educativa e social que a actividade física e o desporto têm ao longo da vida. Este investimento na cultura física/desportiva das novas gerações está cada vez mais suportado em evidência científica que demonstra uma relação directa entre a prática de exercício físico/desporto e a melhoria do desempenho escolar das crianças e adolescentes.

Assim, o espaço escolar ou desportivo envolve-se de regras gerais para o bom funcionamento, para que este espaço competitivo, da educação física e desporto na sua vertente escolar ou não escolar, passe a espaço de desporto saudável e honesto, proporcionando uma formação prática correcta que transmita, através da prática desportiva, uma atitude também ela saudável e honesta. Neste sentido, a educação transmitida pelo professor e/ou treinador deverá cultivar a forma de apropriação do jogo, respeitando as regras de transformação para um jogo mais ético e correcto e fazendo surgir as qualidades humanas que deverão ser impulsionadas por áreas como a Ética no Desporto, mas, que não se devem apenas resumir a esta (Bento, 2007: 47). Na realidade, quando as crianças brincam ou jogam, elas não são apenas actores físicos, mas também, agentes morais. Neste sentido, as actividades de Educação Física

proporcionam um contexto educacional onde estão inseridos o prazer, as participações, a competição, os conflitos, as normas e as regras, possibilitando acções intra e interpessoais que, de alguma forma, revelam o sujeito moral. Podemos considerar para tal o espaço da escola e o ambiente da aula de Educação Física e Desporto que cria um ambiente de relação aluno/professor/colega de turma fundamentado em diversas situações de cooperação, de conflito e de tomada de decisão individual e colectiva. E cada praticante que vivencia este processo será construtor activo dos seus próprios esquemas de julgamento moral, resultantes da educação pedagógica que recebe.

Educar significa tomar iniciativas próprias de forma autónoma, tomar decisões adequadas e responsabilizar-se pelas decisões assumidas, saber criticar a si e aos outros, sempre avaliando e mediando criteriosamente, os aspectos que conduziram à tomada de decisão. O indivíduo é um ser que se encontra num processo de actualização contínua e a cada momento renova-se e renova o meio, interagindo através de experiências vivenciadas no dia-a-dia com vista ao fim último do grupo social. E a Educação Física e Desporto na escola, necessita questionar-se a respeito de como pode contribuir para a auto-valorização do homem, para que o aluno assuma o papel principal no jogo e o professor deixe de se assumir como agente principal e se transforme num agente provocador, desafiador, estimulador, menos restritivo e mais moralizador.

Em termos educacionais, o professor deve preservar as práticas que, de forma clara, visem o interesse comum e suscitem o sentimento de tolerância, de ajuda mútua, de cooperação e de responsabilidade conjunta. Trabalhará para que o indivíduo seja reconhecido (e reconheça no outro) como um elemento fundamental para o contexto onde está inserido.

O caminho a seguir parece ser o de olhar a Educação Física e o Desporto na escola sob um novo prisma, nas suas mais variadas modalidades, em que os parâmetros de avaliação referenciados sejam os comportamentos assertivos e não os erros (como é prática usual nas nossas aulas). A Educação Física, o Desporto, é para todos, não é apenas uma mera afirmação de puro marketing fútil. É um desafio. Carece contudo, de uma capacidade de viabilização de intervenções que dependem da competência, intencionalidade e sensibilidade de quem educa ou treina.

Neste contexto, a capacidade do educador em julgar, afinar níveis de dificuldades e exigências relativamente às actividades propostas estariam vinculadas às possibilidades de cada aluno frente a essas exigências. Assim sendo, as relações entre os alunos/atletas, e entre alunos/atletas e professores/treinadores carecem de modificações, que surgem do fazer do próprio grupo e não de parâmetros pré-estabelecidos (Turini; DaCosta, 2002: 211).

Neste contexto pedagógico, cada aluno/atleta necessita de incentivos da parte do seu professor, do seu treinador, e de todos aqueles envolvidos na modalidade ou actividade realizada. Os comportamentos dos alunos (apatia, recusas, desistências, passividade, agressividade, etc.) constituem um forte indício do que se pode estar a passar com eles a nível pessoal. Assim, para um observador atento existe uma grande necessidade de ouvir mais as opiniões dos alunos/atletas, conhecer os seus desejos, desvendar os seus valores e suas representações acerca das aulas de Educação Física ou da modalidade em questão.

Na minha opinião, um dos grandes desafios que a Educação Física e o Desporto enfrenta actualmente é o assumir da sua importância na contribuição efectiva para a construção do sujeito moral, necessariamente estruturada na estratégia da inclusão.

Porque, e cada vez mais,

a educação e a ética caminham juntas na formação de seres humanos livres, responsáveis, fraternos, solidários, em suas inter-relações mútuas e com a natureza. Assim como a educação formal, o comportamento ético também se constrói concomitantemente com o desenvolvimento intelectual da humanidade no seu processo de busca do conhecimento. A educação é o meio de construção e reconstrução de valores e normas. A ética é fundamental nas relações de aprendizagem, pois, sendo uma conduta que permeia esses processos, à medida que o aprendente desenvolve conhecimento, aprende as regras e normas implícitas nele (Neto, 2008:45).

A forma de chegar aos jovens através desporto, traduz-se essencialmente na disciplina de Educação Física, no seu percurso escolar ou no clube desportivo federado,

pela educação assente em valores morais e de *fair play*. O desporto e a educação física não deve apenas preocupar-se pela sua característica específica do "bem-estar físico", mas complementar o seu âmbito de actuação, pelo contributo para o "bem-estar emocional" e o "bem-estar social" de todos os participantes. Cabe às escolas, bem como aos clubes (que têm o dever do serviço público) fazer chegar a todos os jovens uma formação desportiva que os ajude a ter um crescimento integrado com o próximo e o seu bem-estar social. Desta forma, a Educação Física, como qualquer outra disciplina na escola, tem a responsabilidade na concretização do processo de formação e desenvolvimento de valores e atitudes, por essa razão, deveria considerá-lo como parte de seus conteúdos de ensino (Guimarães, 2001: 21).

Neste sentido, cada professor/treinador deve coordenar todo o processo de ensino de forma a proporcionar aos alunos um ensino mais educativo em termos de saúde, de solidariedade, de espírito de equipa e coesão, de cooperação, entre muitos outros. E, uma vez que, os valores, princípios, atitudes e comportamentos não são transmissíveis de acordo com as leis genéticas, implicam o seu ensino e a sua prática os treinadores e professores deverão estar cada vez mais próximo dos jovens, de modo a que sejam mais capacitados a transmitir-lhes esses mesmos valores. Este ambiente adequado constitui uma oportunidade privilegiada para os alunos e atletas aprenderem a cooperar uns com os outros; a trabalhar em conjunto, quer em termos de grupo, de clube, de escola, quer em termos individuais; a respeitar as diferenças (de género, de raça, de nível de habilidade motora); a serem tolerantes; a rejeitar a violência e os comportamentos destrutivos. É necessário, então, a adopção e desenvolvimento de estratégias apropriadas facilitadoras da pedagogia da aprendizagem.

Sugere-se que a formação académica dos professores de Educação Física englobe um reforço na formação na área da ética no desporto, para que eles próprios, com uma aprendizagem de baseada nos valores, percebam a importância de cumprir e fazer cumprir as regras, respeitando o outro, e, assim, possam organizar cada vez mais actividades que valorizem os melhores comportamentos, ou seja, valorizem o princípio de honra nos códigos de *fair play* desportivo.

Esses valores devem ser resgatados na vida quotidiana, pois se encontram enraizados na existência humana, nas relações entre a vida e a realidade. Quer dizer que unir educação e valores humanos

é procurar o sentido para nossa existência. Não se trata de formar pessoas que se conheçam melhor, apenas, mas, de formar gente consciente que jamais conhecerá tudo de si, pois isso, consiste em conhecer a humanidade e o mundo. É imprescindível que a educação desencadeie um processo de conhecimento de si através dos valores humanos encontrados em cada indivíduo, possibilitando condições para que cada aluna e aluno encontre, por suas referências internas, e, não apenas, do mundo exterior e dos outros, o que ele ou ela, de facto são em relação ao mundo, aos outros e a si próprio (Caten, 2004: 20).

Em suma, a educação desportiva deve também constituir uma forma de socialização das novas gerações e, enquanto tal, conservar os valores dominantes na sociedade em que estão inseridas. A educação desportiva, neste contexto, representa igualmente uma possibilidade e um impulso à transformação e desenvolvimento das potencialidades dos educandos. Porque, toda a educação é uma acção interactiva que se faz mediante informações, comunicação, diálogo entre seres humanos, e em qualquer processo educativo existe um outro em relação.

Parte II – Análise Reflexiva

“Cidadania activa, numa escola de todos e para Todos” (PEE, 2018/2022)

“É necessário toda uma aldeia, para educar uma criança” (Provérbio Africano)

3. Caracterização da Escola e seu Plano Anual de Escola

A minha escola Básica do 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade está localizada no sítio da Lapa, freguesia de Campanário, concelho da Ribeira Brava, Região Autónoma da Madeira. O seu nome surge como uma homenagem a uma das personalidades da freguesia, um sacerdote que adquiriu um prestígio notável em São Paulo, Brasil, cidade onde viveu e onde veio, posteriormente, a falecer. João Jacinto Gonçalves Andrade, era filho do Tenente-coronel Joaquim Gonçalves de Andrade e da Dona Caetana Maria de Macedo. Realizou os seus primeiros estudos na ilha da Madeira, e para tal, frequentou o seminário do Funchal e onde foi ordenado presbítero. Tirou o curso de Direito na faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo e defendeu a sua tese de doutoramento com o título “Os Governos despóticos podem ser justificados pelos princípios de direito público”. Em 1888, passou de professor catedrático de Direito Eclesiástico, e assumiu importantes cargos a nível do ensino na mesma universidade.

Etimologicamente, Campanário deriva de dois ilhéus em forma de sino (ou campanário de igreja então existentes no mar), próximos da costa, em frente ao território desta freguesia, do qual resta apenas um ilhéu.

Assim conhecida, e, outrora “celeiro das conquistas”, a freguesia do Campanário foi criada a 15 maio de 1515, sendo considerada uma das mais populosas da ilha, segundo os censos de 2011 (aproximadamente 4582 habitantes). Com uma paisagem rural e com maioria da população ligada a actividade agrícola ou emigrante, esta localidade apresenta um tecido comercial de pequenas dimensões. A nível da construção civil e indústria existem pequenas e médias empresas, e a nível da saúde, prática desportiva e actividades socioculturais, existem instituições que prestam esses serviços à comunidade, desde o Centro de Saúde local, Centro Cívico, a Associação Desportiva do Campanário, um Jardim de Infância, duas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico com

pré-escolar e uma escola de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (neste caso a qual lecciono).

No que concerne à actividade lectiva da escola, esta teve início em 2004, data da inauguração do edifício, no dia 11 do mês de Outubro, com a particularidade de a sua actividade abranger a população de duas freguesias, Campanário e Quinta Grande, as quais pertencem a dois concelhos, nomeadamente Ribeira Brava e Câmara de Lobos.

Na abertura da escola no lectivo de 2004/2005, existiam 550 alunos. Neste ano lectivo de 2018/2019, apresentou um decréscimo bem acentuado de número de alunos em relação ao primeiro, com aproximadamente 330 alunos, número que varia ao longo do ano com o regresso de alguns emigrantes. Estes números são também o reflexo da baixa taxa de natalidade que temos assistido nos últimos anos na ilha e no país.

Os alunos referidos encontram-se distribuídos pelo 2º ciclo e 3ºciclo, com três turmas em cada ano lectivo e uma turma com Percurso Curricular Alternativo.

Atendendo ao meio socioeconómico onde a escola se insere, grande parte dos alunos são apoiados pela acção social escolar. Os encarregados de educação apresentam um baixo grau de escolaridade, pois, na sua maioria, trabalham no sector terciário, ou trabalham a nível doméstico. O desemprego e o elevado número de famílias numerosas e monoparentais são outros factores a considerar.

No que se respeita ao pessoal docente, a nossa escola conta com aproximadamente 75 docentes. Este corpo docente é constituído, na sua maioria, por professores pertencentes ao quadro de escola, predominantemente jovens do sexo feminino, distribuídos pelas mais variadas áreas disciplinares. Com um quadro de docentes, estabilizado e jovem, a maioria dos docentes já exerce funções na escola há mais de 10anos e situa-se na faixa etária dos 41 e 50anos.

O pessoal não docente conta com 38 profissionais que exercem funções que vão desde o nível financeiro, tecnológico, administrativo, ao da acção educativa. São, também, na sua maioria do género feminino e encontram-se na faixa etária dos 41 a 50 anos.

Ao nível dos recursos físicos, a escola é constituída por um edifício de seis pisos, com 19 salas de aula, com laboratórios de Informática e Ciências Físico-Químicas, com gabinetes para os mais variados departamentos (Expressões, Educação Especial, Ciências Humana e Sociais, Línguas e das Ciências Exactas), gabinete do Conselho

Executivo, (constituído por três elementos), um gabinete de psicologia (SPO), uma biblioteca, salas de estudo, sala multidisciplinar (ateliê), uma cantina, um polidesportivo, uma sala de ténis de mesa, um ginásio, sala de sessões, entre outras.

Nos recursos materiais, a escola dispõe de um variado leque de materiais, computadores, projectores e outros equipamentos tecnológicos que se encontram em boas condições de utilização e conservação.

Relativamente às parcerias da nossa escola, as mais importantes a referir são as estabelecidas a nível local e regional, de acordo com seus objectivos e organização. Abrangem desde os contratos com as empresas de bens e serviços, às de cooperação com a instituição local, Associação Desportiva de Campanário, colaboração com a Câmara Municipal e Polícia de Segurança Pública (quer no Plano Regional de Educação Rodoviária e na segurança e vigilância da área escolar (Programa Escola Segura), e ao acordo com a Direcção-Geral da Educação e associações desportivas.

Quanto à oferta formativa/educativa, a escola funciona em regime diurno, procurando dar resposta às características, interesses e necessidades dos jovens e adolescentes da comunidade local. Desde o primeiro ano lectivo que a oferta educativa, para além do ensino regular do 5º ano ao 9º ano de escolaridade, tem um Percurso Curricular Alternativo de 3º ciclo. Além de oferecer o *curriculum* regular, oferece a disciplina de Inglês como língua estrangeira no 2º ciclo, e a disciplina de Francês no 3º ciclo, bem como apoio ao estudo nas disciplinas de Português, Inglês, Matemática, e as disciplinas de opção no 3º ciclo de Educação Tecnológica e Técnicas de Comunicação Artística. Disponibiliza igualmente, apoio pedagógico no espaço “O Meu Ateliê” nas disciplinas de História, Ciências Naturais, Físico-Química, Geografia e Francês. Na disciplina de FPS, Formação Pessoal e Social, foram implementados vários projectos, que vão desde o ESA, Educação para a Sexualidade e Afectos, o Atlante, a Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos e Carta da Convivialidade

A oferta curricular da escola está de acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de Julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, para os anos lectivos de 5º e 7º anos de escolaridade, cujas orientações já se reflectem na matriz curricular. Nos próximos anos, será adoptado para os restantes anos de escolaridade e feitas todas as adaptações necessárias para que os alunos atinjam as competências previstas no Perfil do Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

É neste contexto de autonomia que a escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade, em diálogo com os alunos, famílias e comunidade, pretende garantir gradativamente uma flexibilidade na gestão curricular, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar que aprofunde, reforce e enriqueça as Aprendizagens Essenciais. Neste campo de acção, a escola valorizará a componente de Cidadania e Desenvolvimento, enquanto área de trabalho presente nas diferentes ofertas educativas e formativas. O objectivo será promover o exercício da cidadania ativa, a participação democrática em contextos interculturais de partilha e a colaboração e confronto de ideias sobre diversas matérias da actualidade.

Neste sentido, a nossa escola oferece Actividades de Complemento e de Enriquecimento Curricular “Cidadania Activa”. Estas actividades são um dos pilares da acção e reflectem o seu carácter inclusivo e multifacetado. Pretende-se com esta formação integral de crianças e jovens, orientar as suas aprendizagens por princípios e valores, em articulação com as várias áreas do saber, numa cidadania que se pretende cada dia mais activa.

A escola oferece, assim, um leque diversificado de actividades facultativas e de complemento curricular, programas que privilegiam as áreas da saúde, desporto, ambiente, artes, leitura/escrita, matemática, segurança rodoviária e cultura, os quais apresentamos de seguida: os clubes Europeu; Dança; Teatro; Rádio; Informática; Espaço das Expressões; Eco-Escolas; Mat 5 estrelas; os projectos Movimento e Saúde; Plano Regional de Educação Rodoviária; Oficina da Leitura e da Escrita; *Talk to Me*; *Salut!*; Projecto de Português; Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos; “Eu Consigo-Tutorias”; Carta da Convivialidade, ESA; Atlante; Parlamento Jovem Regional; Parlamento dos Jovens; e, no desporto escolar, os núcleos desportivos de Futsal; Ténis de mesa; Voleibol; Judo; Ginástica de grandes superfícies. Realça-se ainda o Plano Anual de Escola (PAE), que é elaborado todos os anos lectivos com um conjunto de actividades dos departamentos curriculares, ao nível da articulação pedagógica.

4. O Projecto Educativo da Escola

O Projecto Educativo de Escola (PEE) é o mais importante documento de trabalho numa escola por definir as orientações e directrizes, quer organizacionais, quer

pedagógicas, durante um período de quatro anos. Simboliza o período de um mandato. Por assim dizer, e segundo a legislação em vigor (quer o Decreto Legislativo Regional 4/2000/M e o 21/2006/M), é a ferramenta que confere autonomia às escolas, onde irá ser apresentado as intenções “políticas” de quem a dirige, através da Missão, da visão e dos valores que pretende desenvolver ao longo desses quatro anos e que vai servir de apoio para a construção e identidade da escola.

Na minha escola, o lema do PEE é “Cidadania activa, numa escola de todos e para todos” apresentada após reflexões, pesquisa e levantamentos realizados nos últimos quatro anos, de uma equipa de auto avaliação da escola, sob a orientação do Conselho Executivo e sem esquecer todas as orientações decorrentes da política educativa nacional e regional. É, igualmente, centrada no novo referencial do desenvolvimento curricular e de competências do século XXI e centrada no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. É de referir que este levantamento concentra-se em três grandes áreas de actuação e de análise, sendo estes, os recursos, os processos e os resultados, para chegar a um conjunto de objectivos e metas para o quadriénio de 2018/2022, que *a posteriori* será apresentado como matriz de planeamento da acção educativa verificada todos os anos lectivos no Plano Anual de Escola (PAE). Aqui, todos os elementos da comunidade educativa podem colocar em prática as suas acções e os valores pelos quais a escola se rege, de forma a promover uma aprendizagem orientada para a qualificação individual e cidadania global dos nossos alunos.

Os três itens de base que orientam a prática pedagógica na nossa escola são:

A Missão:

Proporcional a um modelo que se oriente por princípios de base humanística, de saber, de aprendizagem, de inclusão, de coerência e flexibilidade, de adaptabilidade e ousadia, de sustentabilidade e de estabilidade, que promova a continuidade educativa, fundada em intencionalidades pedagógicas, princípios e valores, como condição necessária para transições seguras e significativas dos nossos alunos (PEE, 2018/2022),

A Visão:

Possibilitar a plena integração do alunos e a sua qualificação/sucesso, assentes em princípios de diferenciação e de construção de conhecimentos,

dotados de ferramentas indispensáveis para o exercício de uma cidadania plena, activa e criativa na sociedade da informação e do conhecimento em que estamos inseridos (PEE, 2018/2022).

Os Valores:

Os Valores orientadores das crenças, dos comportamentos e acções da comunidade escolar e da sua cultura, expressam-se em valores de cidadania reconhecidos nas orientações curriculares, e que, constituem o mote para a concepção das actividades. Pelo carácter transversal, conferem um sentido especial às aprendizagens. Assim, todos devem ser encorajados a pôr em prática nas suas acções, os valores da: Responsabilidade e integridade; - Excelência e exigência; Curiosidade, reflexão e inovação; Cidadania e participação; Liberdade. (PEE, 2018/2022).

A actividade desportiva e o desporto, que corroboramos na escola, está representada na disciplina de Educação Física e o desporto e na sua actividade extra curricular (representada pelo projecto do Desporto Escolar). Constituem-se como ferramentas de excelência e contribuem para atingir os melhores resultados possíveis dos alunos de acordo com estas linhas orientadoras (centrados na cidadania global).

Nesta linha, como docentes podemos actuar e intervir nas áreas de intervenção prioritárias e componentes de actuação da escola, de acordo com o PEE, 2018/2022, nomeadamente Liderança, Aprendizagem e do Ensino, Cultura Organizacional, Ambiente Escolar, Grau de Satisfação e Reconhecimento Social.

Na área da Liderança, trabalhamos o Projecto Educativo e Identidade da escola e o Planeamento e Estratégia. Com o objectivo de intervir na criação de um projecto desportivo que envolva toda a comunidade educativa no âmbito do desporto e saúde, desenvolvemos na nossa escola o “Projecto Movimento e Saúde” (através dos professores de Educação Física). A finalidade será detectar os alunos fora da considerada “zona saudável”, a nível dos dados de Índice de Massa Corporal e da Capacidade Cardio-respiratória. Através dos dados obtidos, fazemos uma análise de todas as turmas e determinamos as percentagens de alunos que se encontram em risco. E, a partir da análise dos mesmos, tentamos promover actividades desportivas para

aumentar a sua participação activa a nível desportivo, e contribuir assim, para aquisição de hábitos de vida mais saudável dos nossos alunos. Procuramos detectar e alertar o aluno e seu encarregado de educação para esta problemática.

Na área da Aprendizagem e do Ensino contribuímos para a melhoria dos resultados académicos, bem como, promovemos o apoio e acompanhamento dos alunos primordial ao sucesso educativo. É nossa função como docentes contribuir de forma enérgica na planificação e distribuição das modalidades desportivas por ano de escolaridade e incluir actividades de complemento curricular com acções de sensibilização; promover modalidades e actividades desportivas com convidados externos e, assim, promover vivências desportivas diferentes daquelas que a escola pode oferecer (quer seja por falta de espaço, de material ou outras condições). Esta tentativa de proporcionar experiências ao nível desportivo que possam contribuir para a melhoria dos resultados e lhes oferecer outras competências, é um caminho que temos optado por seguir com algum sucesso pois aumenta a motivação e nível de participação dos alunos nas actividades.

Na área da Cultura Organizacional, colaborámos na criação de circuitos de informação e comunicação entre os grupos disciplinares e departamental, favorecendo o trabalho de equipa. O coordenador de departamento, bem como os delegados de grupo disciplinar, têm de criar meios de circulação de informação, para que todos os professores tenham acesso à mesma, quer no sentido do superior hierárquicos até à base da hierarquia, quer em sentido contrário. Assim, todos podem contribuir na apresentação de propostas, opiniões e sugestões. Como disciplina e como profissionais ligados à promoção de eventos desportivos, o grupo disciplinar de educação física promove actividades que envolvem toda a comunidade escolar, criam eventos desportivos que envolvem outros departamentos curriculares, grupos disciplinares, professores, encarregados de educação, alunos e assistentes operacionais. Temos como exemplo a actividade de final de período o *Diver-Jogos*, actividade que envolve um circuito com sistema rotativo, em que todos os departamentos curriculares e grupos disciplinares organizam jogos/lúdicos em diversos pontos no espaço da escola e todas as turmas da escola participam numa competição saudável com outra turma. São constantemente acompanhados pelos professores e no final apuram-se os vencedores. A envolvência e trabalho de equipa, das duplas dos departamentos curriculares/grupos

disciplinares, professores, director de turma/alunos e alunos turma/turma, são meios excepcionais para desenvolver o trabalho cooperativo.

Neste sentido, conseguimos contribuir para a obtenção dos objectivos e metas traçados e garantir a eficácia do circuito de comunicação interna e externa. Asseguramos de igual forma que toda a informação recebida seja transmitida aos respectivos destinatários, e que haja a respectiva divulgação das actividades da escola à comunidade educativa. Contribuímos para aumentar práticas colaborativas e cooperativas tais como o incrementar do trabalho colaborativo entre os docentes dos grupos disciplinares com vista à adopção de práticas experimentais/metodologias activas no processo ensino; e para a implementação por turma e ano de escolaridade, de pelo menos um projecto que contemple a articulação disciplinar, o trabalho colaborativo e os valores de cidadania.

Na Área do Ambiente Escolar são pontos fulcrais o cumprimento de regras e disciplina, a relação entre atores escolares e o fortalecimento da relação interpessoal escola/comunidade. Podemos trabalhar nos tempos livres dos alunos, com actividades lúdicas e de lazer, como, por exemplo, trabalhar em articulação com outros grupos disciplinares na dinamização dos intervalos (escolher na semana, os intervalos a trabalhar, no sentido de criar a dinâmica de ter sempre o mesmo dia e intervalo de actividade). O desenvolvimento de jogos e tarefas simples que fortalecem a relação entre os alunos e outros agentes da comunidade escolar, de forma criar laços de amizade e cooperação entre os participantes são aspectos dinamizados. Estas actividades contribuem para os objectivos/metasp de redução da indisciplina, redução da percentagem de participações de natureza disciplinar, bem como para o melhorar do relacionamento entre os diferentes atores escolares. As actividades desportivas ajudam a desenvolver uma cultura de cortesia e de respeito no trato diário entre todos os elementos da comunidade escolar e a dinamizar actividades que envolvam os diferentes membros da comunidade escolar. O facto de serem abertas a toda comunidade educativa fortalecem a relação interpessoal escola/ comunidade.

Outro aspecto que se pode trabalhar nesta área é a organização de eventos com instituições da comunidade local e participação em actividades promovidas por entidades exteriores à escola, concebendo um maior elo de ligação e colaboração com a comunidade, e, mais tarde, caso necessário, estabelecer parcerias e solicitar a

colaboração com as instituições desportivas, com junta de freguesia, casa do povo, autarquias e associações, com vista à celebração de protocolos.

Na Área do Grau de Satisfação salienta-se a prestação e funcionamento de serviços. Podemos trabalhar numa base de: “docentes e assistentes operacionais felizes, escola feliz, alunos felizes”. Neste sentido, se podermos proporcionar actividades de lazer e convívio saudável, uma vez por mês (ou regularmente) com pequenas actividades de exercícios físico, as pessoas sentem-se num ambiente mais agradável e salutar. Conjuntamente a estas pequenas acções, desenvolver pequenas palestras. Pode-se nestas pequenas acções, desenvolver pequenas palestras ou *workshops* com temáticas diversas de acordo com as necessidades e gostos de todos os alunos.

Na área do Reconhecimento Social destaca-se a atractividade e o impacto na comunidade. Torna-se fundamental trabalhar na criação de uma identidade na nossa escola, com espaços agradáveis e de lazer, em que, com determinadas actividades ao longo do ano lectivo, sejam convidados elementos da sociedade envolvente para conhecer e estabelecer ligação com a comunidade local (e, por outro lado, levar os nossos alunos à comunidade local). Promover actividades como danças tradicionais, exposições, jogos tradicionais, passeios pedestres, visitas as instituições locais, contacto com a população menos jovem, com os encarregados de educação, festejar dias temáticos (o dia da família, o dia da feira local e dia da freguesia, do concelho), dar a conhecer o meio e ao mesmo tempo conhecer a história, são elementos trabalhados e com potencial. Podemos com estas actividades contribuir para tornar a escola mais atractiva, diversificando a sua oferta e criar clubes que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos alunos. São itens fundamentais, o aproveitar das parcerias e o clube do Desporto Escolar, com modalidades que possam satisfazer os interesses dos alunos e criar um sistema de inclusão em que todos alunos possam participar nas modalidades desenvolvidas no espaço escolar.

O Projecto Educativo da escola é um instrumento do processo de autonomia d escola, sendo o orientador da sua política educativa. Recorrendo ao provérbio africano "é preciso toda uma aldeia para educar uma criança, para que este projecto dê frutos é necessário o contributo de toda a comunidade educativa, pois, só assim, conseguiremos atingir os objectivos propostos e promover o sucesso educativo dos nossos alunos. A

satisfação pessoal e profissional de todos os agentes que contactam ou exercem funções educativas neste estabelecimento de ensino é, também, um aspecto fundamental.

5. Operacionalização dos Valores nos Currículos de Educação Física

A importância atribuída à Educação Física na escola legitima-se pelo papel que esta exerce sobre a formação das novas gerações e o seu papel basilar na aquisição de hábitos saudáveis e aprendizagens socialmente significantes que contribuem para o desenvolvimento pessoal e social consonante das mesmas.

Destaca-se por ser uma das poucas disciplinas aptas a promover a saúde no meio escolar e ensinar estilos de vida saudáveis. A Educação Física apresenta-se como uma disciplina singular que contribui para o desenvolvimento psicomotor e cognitivo, e que afecta directamente o rendimento académico dos alunos.

Consideremos aqui as “Aprendizagens Essenciais de Educação Física (AEEF)” que são um conjunto de documentos curriculares cujo objectivo é o desenvolvimento das competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de Julho). Globalmente, as AEEF procuram criar orientações para a concretização deste perfil de aluno que considere o carácter específico e exclusivo da disciplina, principalmente no que se refere às áreas de competência de “consciência e domínio do corpo, de “bem-estar, saúde e ambiente” e de “relacionamento interpessoal”.

Neste panorama, vou procurar reflectir sobre a forma como a operacionalização dos valores pode influenciar o currículo escolar na disciplina de Educação Física e qual o seu possível contributo para a melhoria do estatuto da Educação Física na escola.

Actualmente, a escola oferece uma “Educação Física” obrigatória, o que permite que todos os alunos tomem parte das actividades físicas e desportivas e tenham a sua leccionação pelos profissionais mais qualificados. Na realidade, a Educação Física, como disciplina escolar acessível a todos, pode ajudar no incremento dos níveis de actividade física, contribuindo para o cumprimento das recomendações de ≥ 60 minutos/dia de actividade física a uma intensidade moderada a vigorosa (WHO, 2010).

Mas, não é apenas nos anos mais recentes que várias organizações mundiais se dedicam e reflectem sobre o papel da educação física e desporto na sociedade. Os seus efeitos e benefícios são reconhecidos há largos anos mas, apenas abordaremos aqui, algumas considerações mais actuais no sentido de contextualizar a importância da disciplina como disciplina curricular. Já em 1978, a Organização Mundial de Saúde no documento “Para uma saúde no ano 2000”, reconheceu o papel fulcral da Educação Física na promoção da actividade física e aptidão física, como formas de promover a saúde. Por esta razão, definiu como objectivos para a Educação Física: 1) criar o hábito vitalício pela prática das actividades físicas e desportivas; 2) desenvolver e melhorar a saúde e bem-estar dos estudantes; 3) oferecer satisfação, prazer e interacção social e; 4) ajudar a prevenir problemas de saúde que se podem manifestar no futuro. Para além desta concepção, existem outras, da autoria de organizações humanitárias e políticas (UNESCO, 1978, Parlamento Europeu, 2007, União Europeia, 2009) que atribuem importância à educação física, definindo-a, como um direito de todas as pessoas humanas e como um forte instrumento de inclusão social e de promoção das actividades físicas no seio juvenil

O papel da escola na promoção da saúde e de estilos de vida activos e saudáveis é influenciado também pelo tempo que os alunos lá permanecem semanalmente (Fox, Cooper, & McKenna, 2004; Trost, 2004). Nesse tempo, segundo os mesmos autores, existe um potencial efectivo para influenciar significativamente o comportamento dos jovens. Será que o tempo disponível para a educação física é suficiente, tendo em conta que semanalmente são duas vezes de actividade desportiva? Além destas duas vezes por semana obrigatórias, os alunos ainda podem dispor de mais um tempo complementar de actividade no Desporto Escolar, o que lhe proporciona a oportunidade de escolher o que lhe seja mais interessante. Assim sendo, na minha opinião, apesar de não atingir os 60 minutos diários recomendados pela OMS, o tempo dispensado a prática desportiva na escola parece ir de encontro aos parâmetros aconselhados. Se para além das actividades desportivas escolares os alunos praticarem um desporto federado, o tempo dedicado a actividade física atinge os níveis recomendados pela OMS.

Segundo José Esteves, no seu livro *O Desporto e as estruturas sociais*: “o Desporto na escola terá possibilidade de realizar um desporto ao serviço do homem: a valorização física, higiénica, recreativa, educativa e social”. Ainda neste seu livro, o autor menciona que, o Desporto, necessita de uma renovação das estruturas como

expressão de estilos de vida baseados na alienação, na guerra, na servidão, no fratricídio, pelos estilos de vida baseados na autenticidade, na paz, na liberdade, na fraternidade.

Segundo perspectiva semelhante “ a disciplina de Educação Física e no Desporto fornece uma sólida educação cívica, moral e social aos jovens. A vocação socializante destas disciplinas advém de uma prática extremamente rica e variada na motivação de comportamentos humanos” (Feio, 1985:178). Desta forma, Educação Física e Desporto são utilizadas para ensinar a disciplina, a educação moral, cívica e social que podem ser harmoniosas a vários níveis quer seja estudantil, profissional e/ou familiar. Alguns estudos demonstram também, que o tempo dedicado ao recreio potencia o desenvolvimento cognitivo e, conseqüentemente, o desempenho académico (Carlson *et al.*, 2008; Rasberry *et al.*, 2011).

Para além dos efeitos fisiológicos e bioquímicos já referidos, a actividade física ainda contribui para que os alunos tenham níveis mais elevados de concentração (Singh, Uijtdewilligen, Twisk, van Mechelen, & Chinapaw, 2012), o que levará a uma maior e melhor retenção da informação transmitida em sala de aula.

Parece não ser suficiente mudar os programas e currículos de Educação Física para que as aprendizagens sejam efectivas, mas, provavelmente, ter-se-á de repensar o processo de formação dos professores. Se desejamos uma Educação Física eficaz, que alcance os seus objectivos fisiológicos e educacionais, ambos devem ser conscientemente integrados na planificação, reflectindo as intenções do professor, o que permite predizer a actividade das aulas (Marques & Carreiro da Costa, 2007).

A Direcção Geral da Educação, no âmbito do projecto de definição do currículo para o perfil do aluno Século XXI, suas competências, conhecimentos e valores numa escolaridade de 12 anos, tem desenvolvido esforços na promoção de um debate nacional em torno de questões relacionadas com o referido anteriormente.

Alguns aspectos debatidos neste projecto referem-se às escolhas curriculares que garantam que todas as crianças e jovens sejam integradas plenamente e tenham acesso ao conhecimento e a aquisição de competências mínimas exigidas.

Se esses conhecimentos são significativos para transformar a visão que os mesmos têm sobre o mundo; se correspondem à visão que eles tem sobre este; e se as

competências e valores adquiridos pelos jovens na escola estão a contribuir para que a sociedade seja mais justa, desenvolvida e democrática, são outros dos aspectos a considerar.

Uma vez que o objectivo é formar alunos com espírito crítico, produtores de conhecimento, autónomos e criativos, os processos pedagógicos estão a se adequar a esta nova realidade. Já não se procura ter alunos meros reprodutores de conhecimento, sem capacidade de analisar criticamente ou com pouca autonomia e criatividade. Considera-se que o processo pedagógico poderá ser mais ou menos adequado ao tipo de aluno que queremos formar. O problema passa ainda por alguns programas apresentarem-se como meros instrumentos de uma determinada política.

Mas, a Secretaria de Estado de Educação (em conjunto com o Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto) pretendem que seja possível a identificação clara de aprendizagens essenciais quer para os docentes, quer para os alunos e suas famílias. Essas aprendizagens potencializam a diferenciação pedagógica, o trabalho de projecto, o trabalho interdisciplinar e aprofundamento/integração de temas de relevância para cada escola. Operacionalizam a gestão flexível do currículo escolar mas, para tal, torna-se necessário definir as aprendizagens essenciais para cada ano e disciplina, atendendo à escola e ao meio onde está inserida. Com efeito, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e o Programa Nacional de Educação Física (PNEF) com o Projecto Educativo de Escola e o Programa de Educação Física adaptado pela escola com respectivos critérios de avaliação, possibilitam o desenvolvimento do aluno através de uma transformação positiva do mesmo. O conceito de Educação Física baseado no valor educativo da actividade física, surge como passível de ser pedagogicamente orientado para o desenvolvimento multilateral e harmonioso do aluno.

De facto, o Programa Nacional de Educação Física está organizado em áreas e subáreas, de forma a permitir ao aluno desenvolver competências que integrem os domínios: motor, cognitivo e sócio-afetivo, e a garantir os princípios fundamentais da Educação Física, numa actividade física que se pretende motivadora, adequada e em quantidade suficiente.

O papel do Departamento de expressões (em que está inserido o grupo disciplinar de Educação Física) contribui na definição de estratégias e orientações na elaboração do

projecto educativo e no compromisso assumido perante a comunidade escolar. Envolve-se nas tomadas de decisão, na participação e elaboração dos currículos dos alunos, na participação e elaboração de normas, na apresentação das necessidades de formação e em outras áreas, desde que se revistam de elevada relevância na dinâmica da escola.

Por conseguinte, o grupo de Educação Física tem a capacidade de construir um projecto de Educação Física da Escola, sendo que este é uma referência para a orientação e organização do trabalho do conjunto articulado com todas as áreas de intervenção no meio escolar. Une e conta, com a participação de toda a comunidade escolar. O grupo pode ainda, colaborar na construção do plano anual de turma, tendo em conta, a especificidade da mesma e dos seus alunos. Os critérios de selecção e operacionalização permitirão identificar as prioridades e criar um leque de actividades em torno da periodização do processo de ensino/ aprendizagem. Assim sendo, colabora na superação das capacidades motoras de cada aluno tendo em conta a diferenciação do processo e ritmo de aprendizagem individual. Uma das estratégias na diferenciação do ensino é a formação de grupos durante as aulas com orientações que sejam benéficas para o processo de ensino aprendizagem do aluno através da selecção e aplicação das opções metodológicas mais vantajosas.

Como docentes da disciplina de Educação Física em contexto escolar, organizamos um leque de actividades complementares que permitam aos nossos alunos adquirirem valores e competências diversas ao longo do ano lectivo (quer dentro do espaço escolar quer no seu exterior).

No plano de actividades do grupo disciplinar contribuimos com organização de actividades/eventos, tais como jogos tradicionais e dias comemorativos (dia da actividade física e da saúde, da dança) e com o estabelecer de parcerias com associações locais para divulgação de modalidades extra que apresentam características especiais e únicas e para as quais não dispomos de espaços e materiais próprios (Muay Thai, Karaté, Capoeira, Actividades de Mar, Atletismo).

Todas as actividades lúdicas e desportivas disponibilizadas e trabalhadas tem como objectivo estimular debates e reflexões sobre o respeito, as diferenças de habilidades físicas, intelecto-motoras, de orientação sexual e religiosa, e, ainda estimular a inclusão de alunos/outros com deficiências motoras e/ou intelectuais. Na realidade, as vivências experimentadas nos jogos e actividades parecem contribuir para

a diminuição de situações de discriminação, uma vez que, as diferentes características dos praticantes desses jogos e actividades são valorizadas em contextos diferentes do escolar. Naturalmente, destacam a qualidade e a eficiência da execução do gesto desportivo, e não, das características potencialmente causadoras de “conflito” ou discriminação. Nesta linha, e sempre que possível, tentamos inserir modalidades novas, com características especiais, e convidamos especialistas locais na área, como, por exemplo, as modalidades adaptadas (*boccia*/basquete adaptado) na Semana da Pessoa com Necessidades Especiais. Preparamos passeios pedestres com orientação e referência a pontos históricos locais e articulação com o meio envolvente e fazemos visitas a instituições, no sentido de sensibilizar para outras actividades e população (grupo sénior). Participamos em actividades organizadas por outras escolas, tipo *Trail* Escolar, num intercâmbio de experiências que pretende induzir comportamentos de respeito pela diferença/inclusão e tolerância.

Esta estratégia pedagógica, pretende não somente ressaltar a importância do respeito às diferenças, mas também, transmitir aos alunos valores éticos universais, na escola e para além dos muros escolares.

De uma forma mais abrangente a nível regional, desenvolvemos actividades desportivas de natureza colectiva inseridas no Projecto Desporto Escolar. Estas actividades também permitem e conduzem a um diálogo produtivo com os princípios da tolerância e da diversidade. De igual forma, possibilitam a participação em torneios/actividades pontuais organizadas pelo Gabinete do Desporto Escolar Regional (corta mato, mega sprint, corrida de aventura e torneios de alguma modalidade específica), conjuntamente com equipas de diferentes origens geográficas da ilha. Cada aluno pode escolher entre várias actividades consoante o gosto ou preferência, desde o judo, o voleibol, o ténis de mesa, o futsal e a ginástica de grandes superfícies. A participação é regular, em campeonato, e representa a escola. Esta oportunidade de participar com outros alunos de outras escolas, conduzem a situações de debate e reflexão, que devem ser pedagogicamente trabalhadas pelo docente que acompanha os alunos nas diversas actividades.

Como docente da disciplina e pertencente ao grupo disciplinar de Educação Física, mas, também, como docente que participa no Desporto Escolar e elemento do grupo disciplinar (parte integrante do Departamento de Expressões em articulação com a Educação Visual e Musical), elaborei em conjunto com os colegas, outro leque de

actividades diferentes e motivadoras. Essas actividades foram desenvolvidas no âmbito de um dos projectos cruciais da escola: o projecto Movimento e Saúde. Neste projecto, promovemos exercícios, onde os alunos podem analisar o seu estado de saúde a nível do Índice de Massa Corporal e sua Capacidade Cardio-respiratória. Através de testes de diagnóstico ao longo do ano compara-se a evolução de cada aluno proporcionando-lhes tarefas específicas de trabalho e circuitos de manutenção também específica com material reutilizado e de fácil acesso. Nem sempre a motivação dos alunos corresponde aos objectivos e plano de trabalho traçado. Contudo, o docente tenta incentivar e promover o programa e alertar para aquisição de hábitos saudáveis. Ainda dentro deste projecto, e a título de experiência, fazemos uma análise de testes sociométricos e de auto-estima, em parceria com o serviço de psicologia/psicólogo da escola, por forma a podermos ser mais assertivos com os grupos/turmas ao nível das problemáticas a reflectir e a trabalhar.

A partir da análise multidisciplinar destes testes e seus resultados, estimula-se para que os alunos se organizem tacticamente para as diferentes modalidades, de forma a que as suas equipas sejam constituídas por elementos heterogéneos. Ainda que os indivíduos sejam diferentes em habilidade, força física, sexo, motivação, auto-estima, o objectivo será atingir *performances* aceitáveis e resultados satisfatórios quer para a equipa, quer para os elementos na sua individualidade. Caso os elementos, não consigam os resultados/*performances* desejadas, o objectivo será encontrar meios/tácticas de se reorganizarem, sem recorrer à discriminação, intimidação, exclusão ou opressão. Devem tentar realizar a actividade novamente, de outra forma, e tentar atingir o objectivo a que se pretendem.

Parece simples, mas, na prática, os professores de Educação Física tem muita dificuldade em conseguir gerir algumas destas situações, em especial, se as turmas forem compostas por um elevado número de alunos. As aulas de Educação Física precisam ter, como um dos objectivos principais, o fomentar nos alunos da capacidade de reflexão sobre a importância da valorização do outro como elemento essencial na aprendizagem de cada uma delas. Dessa forma, a relevância do jogar “com o outro”, e não “contra o outro”, deve ser primordial em qualquer actividade desportiva a desenvolver e permitirá uma auto gestão mais eficaz e facilitadora da acção do professor.

Como disciplina integrante no Departamento de Expressões temos ainda a oportunidade de organizar outras actividades promotoras de valores humanos em articulação com os docentes de Educação Visual e Musical (e outros grupos/departamentos). Actividades integradas na semana das expressões e a actividade *Diver Jogos* (espécie de *rally paper*) permitem que, através de um sistema rotativo, todas as turmas e docentes participem numa competição saudável e de *fairplay* propícias a vários momentos de reflexão. Estas actividades constituem mais uma oportunidade de os alunos contactarem com a comunidade num ambiente diferente da sala de aula tradicional, e proporcionam oportunidades únicas de trabalhar aspectos como a solidariedade, cooperação, valores ambientais, sociais, éticos. Auxiliam assim, na construção de novos conhecimentos para os alunos e, principalmente, na consolidação de valores essenciais que fomentem relações humanas mais fraternas e respeitadas.

Em suma, a disciplina de Educação Física oferece actividades de reconhecido papel na transmissão de valores e competências sociais e, como tal, devido ao seu reconhecimento global, deverá ter um papel mais interventivo no meio escolar, quer na construção do projecto educativo quer no plano anual de escola e na planificação de todo o processo pedagógico da comunidade escolar.

6. Visão do Desporto na Escola de Acordo com Novo “Perfil dos Alunos para o Século XXI”

Em Junho de 2018, foram promulgados novos documentos de referência para a organização de todo o sistema educativo e para o trabalho das escolas. Referimo-nos aos documentos orientadores: o Perfil do aluno à saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar e as Aprendizagens Essenciais.

O promulgar deste diploma que estabelece o currículo do Ensino Básico e Secundário, conduziu a algumas mudanças que tiveram início no passado ano lectivo 2018-2019. Um dos aspectos a considerar foi o do aumento das horas dedicadas à disciplina de Educação Física ao nível do primeiro ciclo com o acréscimo de 5 horas (em conjunto com a Educação Artística), de 150 minutos no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e de 150 minutos no Ensino Secundário. Outro aspecto a ter em consideração é a

contabilização da classificação na disciplina da Educação Física para efeitos de média de conclusão do Ensino Secundário e média de acesso ao Ensino Superior.

Considera-se também, a possibilidade das escolas gerirem até 25% da carga horária semanal por ano de escolaridade (no caso das matrizes com organização semanal) e da carga horária total das componentes sociocultural e científica previstas para o ciclo de formação (no caso das matrizes com organização por ciclo de formação).

A base para todas estas alterações é a aprovação do Decreto de Lei nº 55/2018, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os seus princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Através deste instrumento, as escolas podem gerir e desenvolver estratégias de modo autónomo para que todos os alunos alcancem as competências previstas no “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, e para que as decisões ao nível curricular e pedagógico, sejam realizadas pelos professores e em diálogo com alunos, encarregados de educação e comunidade local.

Todas as alterações parecem ter por base o desenvolvimento de uma maior flexibilidade na gestão curricular e a dinamização da interdisciplinaridade no sentido de aprofundar, reforçar e enriquecer as Aprendizagens Essenciais (homologado pelo Despacho nº 6944-A 2018, documento com orientação curricular com base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem que visam promover o desenvolvimento das áreas de competências descritas no perfil do aluno).

Outros aspectos a implementar são a componente de Cidadania e Desenvolvimento (visando o exercício da cidadania activa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da actualidade); o fomentar do desenvolvimento de competências na área da pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica autónoma de informação (com vista à resolução de problemas e ao reforço da sua auto-estima e bem-estar); o constituir de equipas educativas de forma a rentabilizar o trabalho docente; o dinamizar do trabalho de projecto e desenvolvimento de experiências de comunicação e expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal (valorizando o papel dos alunos enquanto autores e proporcionando -lhes situações de aprendizagens); o elaborar de estratégias de modo a reforçar as dinâmicas de avaliação das aprendizagens e instrumentos a adequar

às dificuldades dos alunos; e finalmente, ao nível do ensino secundário possibilitar ao aluno a adopção de um percurso formativo próprio que respeite as componentes específica e científica de cada curso.

Assim sendo, a escola detém autonomia curricular e a possibilidade de adequar as matrizes curriculares e adaptá-los às suas necessidades locais.

Neste seguimento de ideias, o perfil dos alunos para o século XXI, baseia-se essencialmente, no documento "Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória" (homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de Julho) que se constitui como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória (designadamente a nível curricular, do planeamento, da realização e da avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem).

Este perfil parece permitir que se desenvolva um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia. Partindo destes pressupostos que vão, inclusive, de encontro à orientação da UNESCO, podemos referir que este assumir do novo perfil visa incluir um trabalho mais cooperativo entre os intervenientes no processo de ensino.

Um perfil de base humanista significa a consideração de uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais. Daí considerarmos as aprendizagens como centro do processo educativo, a inclusão como exigência, a contribuição para o desenvolvimento sustentável como desafio, já que temos de criar condições de adaptabilidade e de estabilidade, visando valorizar o saber. E a compreensão da realidade obriga a uma referência comum de rigor e atenção às diferenças. (Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória)

O documento Perfil dos Alunos apresenta-se em duas fases, uma primeira em que são apresentados os princípios e a visão pelos quais se pauta a acção educativa; e uma segunda fase, em que se apresentam os valores e as competências a desenvolver.

Reconhecer a importância do exercício físico no meio escolar possibilitará melhores resultados escolares por parte dos alunos, além de aumentar o seu bem-estar aos mais diversos níveis. E, considerando que, um dos objectivos da Educação Física na escola é que os alunos sejam consumidores educados do exercício físico, torna-se necessário a sua valorização, uma vez que, nestas idades, as mudanças de rotinas levam a iliteracia motora, como referem os autores Carlos Neto e Luís Sardinha. Com efeito, no estudo do Programa Pessoa, Luís Sardinha refere que aumentando a actividade física numa média de duas horas por semana, melhora-se, substancialmente, indicadores como "a auto-estima, afectos positivos, competência, autonomia, relacionamentos positivos e boas motivações".

Os jovens, devem identificar e valorizar o retorno que o exercício lhes traz nas situações do dia-a-dia. Devem perceber que ao realizar exercício físico, dormem melhor, interagem com mais confiança, com mais concentração e relacionam-se mais positivamente com os colegas e os pais. Promovem também, a formação de novos neurónios e uma maior interacção entre eles, o que, por sua vez, promove uma maior sensibilidade e desenvolvimento cognitivo. Por outro lado, a comunidade escolar (professores, dirigentes e outros agentes), deverá criar actividades que possibilitem um melhor relacionamento entre todos os elementos, adquirindo assim, uma maior produtividade e influência positiva no clima escolar, já que todos os seus elementos adquirem maior consciência do que podem modificar nos seus hábitos para aumentar o bem comum no espaço escola.

Temos assim presentes no projecto comum, o desenvolvimento de algumas das áreas de competências no Relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal e autonomia.

Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física e ao desporto, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do desporto, deve ser garantido dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social. (artigo 1 da Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO, 1978: 3)

Relativamente aos pontos de actuação e novas directrizes de flexibilidade curricular traçadas no documento Perfil do aluno, a serem implementados na escola, e no que respeita à Educação Física, estes baseiam-se na actuação e intervenção em três domínios: actuação ao nível dos conhecimentos disciplinar, interdisciplinar e prático; actuação ao nível das capacidades cognitivas e meta cognitivas, sociais e emocionais, físicas e práticas; e actuação ao nível das atitudes e valores de acordo com o conhecimento e formação como cidadão.

É através destes domínios e dos conhecimentos referentes às aprendizagens essenciais, que procura atingir as competências necessárias exigidas. Mas, a prática educativa no meio escolar poderá ter diversas vertentes educativas, quer no espaço de aula, quer fora do espaço de aula, pelo que se poderá promover outros projectos/eventos/actividades complementares.

No espaço de aula, os aspectos relativos às competências e princípios vigentes no perfil do aluno, são visíveis ao nível da prática pedagógica com a distribuição das modalidades de acordo com o ano de escolaridade e ciclo (de forma a atingir o 9º ano de escolaridade com as competências exigidas). Também poderão ser denotados na aplicação das aprendizagens essenciais e respectiva distribuição ao longo dos anos de escolaridade. Abrangem, igualmente, um leque de actividades desportivas diversificadas quer na leccionação, quer nas actividades promovidas com entidades exteriores na divulgação de actividades que potencializem a transmissão dos valores desportivos.

Nos objectivos traçados nestas novas directrizes, os alunos devem atingir no fim do ciclo escolar, a nível das Áreas de Competências, uma melhor consciência e domínio do corpo; sensibilidade estética e artística; bem-estar, saúde e ambiente; desenvolvimento pessoal e autonomia; relacionamento interpessoal; saber científico técnico e tecnológico; raciocínio e resolução de problemas; pensamento crítico e criativo; informação e comunicação; e linguagens e textos. Este adquirir de competências assenta numa base humanista, onde se privilegia o saber, a sustentabilidade; coerência e flexibilidade; adaptabilidade e ousadia; estabilidade; inclusão e aprendizagem.

Simultaneamente, estamos a cultivar valores de liberdade; responsabilidade e integridade; cidadania e participação; excelência e exigência; curiosidade, reflexão e

inovação. A escola é um meio de eleição para o desenvolvimento de todos estes aspectos.

Com efeito, a escola, como é um local e um meio propiciador dos valores desportivos. Permite promover actividades no sentido de valorizar e oferecer novas experiências e partilha de conhecimento. Por outro lado, estas actividades também promovem o espírito de interdisciplinaridade e visam enobrecer a instituição escolar. Para tal, muito contribui a planificação inicial do Plano Anual de Escola, que prevê celebrações temáticas promotora da articulação multidisciplinar.

Ainda ao nível da prática pedagógica mas, mais especificamente, ao nível do projecto Movimento e Saúde que, como referido anteriormente, faz parte do Projecto Educativo da Escola (e é desenvolvido pelo grupo de Educação Física), desenvolvemos de forma mais concreta a relação entre saúde e actividade física. Em contexto escolar, educar para a saúde consiste em dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde (e dos que o rodeiam) e ao seu bem-estar físico, social e mental. Confere-se-lhes, desta forma, um papel mais interventivo nesta área.

Este projecto, “Movimento e Saúde” foi analisado e aprovado pelo grupo disciplinar e, posteriormente, proposto para sua aprovação em Conselho Pedagógico. Tal proposta justificou-se na necessidade de alicerçar a ligação entre a actividade física e promoção de comportamentos saudáveis em crianças e adolescentes.

O projecto engloba a avaliação da aptidão física em três componentes: a Composição Corporal, a Aptidão Aeróbia e a Aptidão Neuromuscular. Em cada teste realizado é possível saber a zona em que o aluno se encontra: se acima, depois ou abaixo dos valores aconselhados para as respectivas idades ou seja encontra-se ou não na zona saudável (ZSAF). Em função do resultado, cabe aos professores de Educação Física, disponibilizar informação aos alunos, aconselhamento e ideias várias para estimular estilos de vida saudáveis.

A avaliação e aconselhamento são baseados em critérios de saúde, identificando desempenhos saudáveis ou que necessitam de ser melhorados. Através dos dados obtidos da avaliação é possível comparar os dados individuais do aluno relativamente à aptidão física, às actividades físicas e desportivas e ao comportamento sedentário e

calcular as médias das turmas, do 2º e 3º ciclos e da escola, bem como, efectuar a comparação dos resultados do 1º teste para o último. Este aspecto, pode constituir uma fonte de motivação acrescida para o aumento da prática de actividade física e para a melhoria da aptidão física.

Apesar de se poder analisar a composição corporal, aptidão aeróbica e aptidão neuromuscular, os professores de Educação Física da escola seleccionaram para análise apenas as áreas: Composição Corporal, o Índice de Massa Corporal (IMC), a Aptidão Aeróbia. Esta última área é analisada através do teste “Milha”.

Relativamente ao Índice de Massa Corporal (IMC), verificamos que, no nosso meio escolar, temos 23% dos alunos em situação de risco, com valores acima da zona saudável e 7,4% com valores abaixo da zona saudável, ou seja, o peso não está adequado à estatura. A grande maioria, 70% dos alunos encontram-se na Zona Saudável de Aptidão Física (ZSAF), o que revela um resultado positivo. No entanto, temos de continuar a trabalhar para que estas percentagens não se alterem.

Quanto ao teste da Milha, verificamos que 15% dos alunos apresentam excelentes resultados e enquadram-se no perfil atlético. No entanto, 24% apresentaram insuficiente capacidade cardiorrespiratória. A grande maioria, 61% dos alunos, encontram-se na Zona Saudável de Aptidão Física (ZSAF), o que revela um resultado igualmente positivo.

Consideramos que, com o trabalho adequado e contínuo, é possível obter melhorias significativas nos resultados obtidos.

No que se refere ao parâmetro de aptidão física, é relevante para a disciplina de Educação Física, consciencializar os alunos para aumentarem os seus níveis de aptidão cardiorrespiratória, manter uma composição corporal saudável, prevenir a obesidade, diminuir o risco de doenças cardio metabólicas, diabetes, hipertensão, colesterol, dificuldades respiratórias, disfunções do aparelho locomotor, problemas psicológicos e outras doenças.

Neste sentido, o grupo de Educação Física da escola, promove ao longo do ano lectivo, actividades nas mais diversas áreas desportivas, desde passeios pedestres, circuitos de manutenção diversos, acções de sensibilização de modalidades e torneios

internos, evitando comportamentos sedentários. É, contudo, necessário criar actividades com maior projecção dos resultados na comunidade para alertar para esta problemática. Uma vertente importante é envolver e dar conhecimento aos encarregados de educação dos resultados obtidos para, em conjunto, alertar para esta problemática e procurar soluções adequadas aos discentes.

Cada professor poderá assim, aplicar um plano contínuo de melhoria dos resultados nas aulas desta disciplina, dando ênfase aos testes na turma que apresentam piores prestações e direccionando o trabalho de resistência e condição física geral, preferencialmente para as aulas de 90 minutos. Deverá incentivar um maior acompanhamento individual através da implementação de um plano de treino individual e aconselhamento do aluno para consulta de nutrição no centro de saúde; fazer um encaminhamento dos alunos que apresentam resultados abaixo da zona saudável, para a realização de actividades desportivas, nomeadamente ao nível do Desporto Escolar e/ou outras; valorizar o papel dos directores de turma no aconselhamento e encaminhamento dos seus alunos para a participação nas actividades desportivas e do desporto escolar (como complemento das aulas de educação física, respeitando a regra de realizar actividades físicas pelo menos 3 vezes à semana); proporcionar actividades de sensibilização relacionadas com hábitos de alimentação saudável, que podem ser coordenadas com outros grupos disciplinares (ex: Ciências Naturais) ou instituições (ex: centro de saúde); criar incentivos à melhoria da aptidão física, com a realização das olimpíadas dos testes de aptidão física; continuar em conjunto a realização de circuitos de actividades, idealizadas e implementadas por este projecto, em todas as turmas (visando a melhoria dos níveis de aptidão física e em que cada aluno poderá depois realizar a série de bateria de exercícios em casa).

Uma outra área de intervenção da Educação Física na minha escola, é o Desporto Escolar, que se assume como um projecto de promoção do acesso à prática desportiva regular de qualidade, cujo o objectivo é o contribuir para a promoção do sucesso escolar dos alunos, de estilos de vida saudáveis e de valores e princípios associados a uma cidadania activa. O projecto oferece aos alunos um leque de modalidades, de acordo com a sua preferência, desde que o aluno não seja atleta federado nessa mesma modalidade. Este projecto é de âmbito regional.

A proposta de acrescentar no segundo ciclo, um bloco para o desporto escolar, aumenta a frequência da actividade física para três vezes por semana (se somarmos as duas aulas semanais de Educação Física). Na nossa escola, apresentamos uma proposta ao grupo disciplinar de Educação Física, na qual se propõe a colocação de, no mínimo, noventa minutos no horário dos alunos do quinto ano para a participação nas actividades extra curriculares (núcleos, projectos e clubes), de forma obrigatória. Esta obrigatoriedade advém do facto do trabalho realizado nestas áreas, complementar a componente curricular dos alunos e dar resposta ao projecto Educativo da Escola.

Ao participar nestas actividades, núcleos do desporto escolar, os alunos têm oportunidade de participar em eventos competitivos regulares ao longo do ano lectivo, com alunos de outras escolas. Esta competição surge então como uma fonte rica em novas experiências, vivências e oportunidades para nossos alunos se valorizarem pessoal e desportivamente.

Efectivamente, a participação dos alunos nas actividades pontuais que o gabinete do desporto escolar organiza (nível regional) para todas as escolas da região, permite-os desfrutar de actividades que a escola não tem capacidade de promover, nem financeiramente, nem a nível dos recursos físicos e humanos, para organizar eventos, tais como corridas de aventura (actividades de mar e natureza), mega *sprint* (actividades de atletismo um espaço propício e com condições próprias para corrida, salto em altura, salto em comprimento, entre outras) e outras actividades ligadas à natureza e ambiente. Esta transmissão de valores pode ser aplicada não somente aos Jogos e às competições, mas também à educação e à sociedade, exaltando de forma equilibrada as qualidades do corpo e da mente e a promoção de um estilo de vida baseado no respeito a princípios éticos.

Por conseguinte, a nível do desenvolvimento da Cidadania e Desenvolvimento, o grupo de Educação Física pode articular actividades com os mais diversos grupos disciplinares e proporcionar acções lúdicas que possam desenvolver competências pessoais e sociais. Pode, também, actuar no sentido de promover o pensamento crítico, o desenvolver de competências de participação activa e de conhecimentos em áreas não formais (de forma a garantir uma preparação adequada para o exercício de uma cidadania activa e esclarecida), e fornecer uma formação adequada para o cumprimento dos objectivos para o Desenvolvimento Sustentável, de acordo com o Perfil dos Alunos

à Saída da Escolaridade Obrigatória. Pretende-se que esse desenvolvimento seja Inclusivo, Humanista e promova a Audácia, Adaptabilidade e Sustentabilidade.

Nesta área, o desenvolvimento de actividades desportivas permitirá abordar vários temas de acordo com as escolhas da escola, que podem ir desde os Direitos Humanos; Igualdade de Género; Interculturalidade; Desenvolvimento Sustentável Educação Ambiental; Saúde (1ºgrupo); à Sexualidade; Media; Instituições e Participação democrática; Literacia financeira e Educação para o consumo; Segurança Rodoviária (2ºgrupo); e ao Empreendedorismo; Mundo do Trabalho; Risco e Segurança; Defesa e Paz; Bem-estar Animal; Voluntariado; bem como outras desde que vão de acordo às necessidades diagnosticadas pela escola (3ºgrupo). Ainda a este nível podemos criar eventos, como semanas temáticas que envolvam estes temas ligados à competição desportiva sadia e participativa por toda comunidade escolar.

No presente quadriénio, ao exercer cargos de gestão intermédia no seio escolar, o grupo no qual me incluo, colaborou na apresentação de projectos e actividades que contribuíram para o desenvolvimento de competências diversas. As nossas acções focaram a participação mais activa dos alunos na actividade desportiva como meio de excelência de transmissão de valores e competências de acordo com a nova flexibilidade curricular. Não obstante, todos estes projectos demoraram alguns anos a serem implementados, e para terem sucesso são necessárias muitas horas de dedicação extra horário, logo muitos deles são fruto da vontade de um grupo de colegas que querem evoluir e participar numa escola mais virada para o futuro onde educação física deve se assumir como um meio de excelência para a formação integral dos jovens.

Por vezes, o mais difícil em todo este processo é fazer com que todos os colegas, não só do nosso grupo disciplinar, como de outros, se envolvam e consigam entender e transmitir o potencial da Educação Física para o desenvolvimento de competências que vão muito além das físicas.

Por outro lado, tem sido bom que alguns dos elementos do grupo, estejam em lugares de gestão intermédia, tais como representantes do conselho pedagógico ou da comunidade educativa, pois assim possuem mais instrumentos para apresentar, defender e lutar sempre que necessário, para que o aprofundar da compreensão dos outros elementos acerca da importância e benefícios de tais projectos na área da Educação Física.

Considerações Finais

A Escola é o pilar de uma sociedade justa e oferece a todos os alunos diversas oportunidades que vão ao encontro as suas capacidades e interesses.

Os órgãos de gestão têm um papel preponderante na liderança e distribuição dessas oportunidades através da atribuição de tarefas aos vários intervenientes no espaço escolar. Cada tarefa procura contribuir para melhores resultados no que respeita ao aproveitamento escolar e para a promoção de um ambiente escolar promotor desses resultados. A escola configura-se como um local propício ao desenvolvimento e promoção de lideranças que sejam burocráticas nos procedimentos de acordo com a lei e promovam a contribuição de todos nesse processo e obtenção do resultado final pretendido que é o sucesso dos alunos.

Por vezes, as lideranças assumem também uma vertente mais política para promover e fazer valer as promessas que se realizaram nas eleições. As listas eleitas baseiam-se na união de 3 a 5 professores que assumem uma missão promissora de mudança para a instituição, ou pelo menos fazem crer que deve ser combatido um grupo de elementos que apenas querem usufruir de alguns benefícios.

A escola apenas virada para os resultados académicos já não reflecte a realidade actual necessária para evolução e consolidação da escola como veículo educativo fundamental numa sociedade plural. A escola do futuro tenderá a colocar o aluno no centro da sua acção como pessoa humana que se desloca à escola, adquirir conhecimento mas também, adquirir competências diversas que lhe permitam enquadrar-se numa sociedade cada vez mais competitiva. Ser capaz de resolver situações e problemas que lhe surjam e acima de tudo ser criativo na aplicação dos conhecimentos é um ponto muito forte a trabalhar actualmente, com a globalização da sociedade.

Assim, segundo Estêvão (2004: 61), qualquer debate sobre a escola como organização e sobre arranjos organizacionais mais apropriados não é apenas um debate organizacional. É, simultaneamente, ético, pois engloba a prática futura de educação e a prática de justiça social, normas e padrões de direitos e obrigações que podem seguir lógicas sentidos de moralidade distintos.

A Educação Física inclui-se na escola como uma disciplina onde se pode trabalhar estes pontos. Com efeito, a aprendizagem que a actividade física promove é fundamental em termos das habilidades motoras que projecta e para aumentar o desenvolvimento físico, mental, social e emocional de todos alunos. É, também, fulcral na contribuição dada para o aumento da educação para a cidadania e para a promoção de habilidades motoras e dos valores humanos, ao promover a formação de hábitos e atitudes, tais como a responsabilidade, cooperação, solidariedade, tolerância, respeito e *fairplay*. Promove de igual forma, as atitudes de empenho, perseverança, esforço e autodisciplina, autonomia e responsabilidade dos alunos na realização e regulação da sua própria actividade bem como consciência cívica no sentido de preservar e respeitar os recursos materiais e ambientais (quer na prática educativa, quer nos projectos desenvolvidos pelo grupo disciplinar).

Ainda no campo da disciplina da Educação Física, a vertente do Desporto Escolar, apesar de ser composto por modalidades diversas realizadas fundamentalmente, em meio extra-escolar, contribui para que esse enriquecimento pessoal do aluno em termos de aquisição de competências específicas, seja também levado e aprofundado na comunidade local e regional. Outro aspecto que considero fundamental para a promoção de valores humanos e competências aos alunos, na minha escola e na disciplina que lecciono, é a articulação com outras áreas disciplinares nomeadamente ao nível da Semana das Expressões onde se realizam passeios pedestres, incentiva-se o respeito pela natureza e promove-se o sucesso educativo e estilos de vida saudável. Contribui também na construção de valores e princípios associados à cidadania activa. A aprendizagem na escola deve reflectir uma identidade planetária considerando a humanidade como comunidade de destino, educar para a compreensão mútua entre as pessoas, de pertenças e culturas diferentes; e desenvolver uma ética do género humano, de acordo com uma cidadania inclusiva (de acordo com documento Para uma Educação Inclusiva – Manual de Apoio à Prática do Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE). 2018:11).

Mas, a disciplina de Educação Física, na sua globalidade, desenvolve o relacionamento interpessoal e de grupo, criando um clima relacional favorável ao aperfeiçoamento pessoal em todas as actividades promovidas no plano anual de escola ou em qualquer actividade participada pelos nossos alunos. Promove continuamente, a aprendizagem dos conhecimentos relativos aos processos de elevação e manutenção das

capacidades físicas e de estilos de vida saudáveis com actividades formativas e competitivas ou o desenvolvimento de projectos específicos como o Projecto Movimento e Saúde.

Naquelas actividades de articulação com outros elementos da comunidade escolar, fomenta a coesão do corpo discente e o sentido de pertença à Escola, nomeadamente em actividades como o *Diver Jogos*, em que incluímos toda comunidade escolar em actividade com a colaboração de todos e apoio, numa competição saudável e festiva de fim de período. O mesmo acontece em acções de sensibilização no decorrer do ano lectivo, tais como sessões de Yoga, Danças do Mundo, entre outras.

Os professores têm, assim, inúmeras oportunidades durante as aulas de Educação Física, para inserir o tema dos valores na vida jovens, já que a prática desportiva também proporciona o desenvolvimento da ética e da boa convivência.

Pelo facto dos alunos da nossa escola serem quase todos de um nível socioeconómico mais baixo (e com um elevado número de participações a nível disciplinar), o grupo de Educação Física pode contribuir com um inúmero de actividades desportivas que os mesmos a melhorar e desenvolver comportamentos mais adequados, pois os alunos geralmente gostam de participar nas várias actividades disponibilizadas. Tais aspectos vão de encontro a Estêvão (2004:56) para quem independentemente de outras consequências que possam advir para a compreensão da ordem interna escolar, a coesão social e as dinâmicas de transformação e mudança no interior da escola podem confrontar-se com dificuldades que decorrem naturalmente da pluralidade de princípios que a perpassam e que exigem uma construção política de acordos ou de compromissos em articulação de princípios de vários mundos, para que ela funcione. Efectivamente, segundo Bourdieu (1998) (citado por Abrantes, 2003:48), nestes meios socioeconómicos baixos, a cultura escolar é a cultura dominante e trata formalmente, mas de modo igual, quem é diferente, exigindo dos alunos direitos e deveres, qualidades, que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, designadamente o capital cultural e o relacionamento com a cultura e o saber (Estêvão, 2004:51-74)

Na disciplina de Educação Física pode-se também criar projectos que proporcionem aos alunos a participação activa num maior leque de actividades articuladas entre várias disciplinas. Essas actividades conduzem também, à necessidade

de ter mais horas disponíveis para a disciplina, logo ter mais docentes a trabalhar no espaço escola. Sendo, assim o grupo disciplinar deve estudar os projectos que pode desenvolver no meio escolar que proporcionem uma colaboração activa com a comunidade escolar e que vão de encontro à missão prevista no Projecto Educativo.

Poderão, para tal, adaptar o seu programa curricular atendendo aos espaços desportivos disponíveis e promover outras actividades ligada às instituições federadas, desportivas ou culturais locais, ou instituições que querem divulgar as suas modalidades e sensibilizam os alunos com novas vivências a nível social e desportivas. Dentro destas preocupações curriculares, Estêvão destaca a relevância da proposta de Stoer e Cortesão (1999) de uma educação inter/ multicultural, que respeite uma “política da diferença” e seja capaz de garantir a complexidade e a multidimensionalidade entre a estrutura e a cultura, e tenha em consideração as diferenças relativas à raça, etnia, classe e sexo. O currículo escolar deve permitir o construir de um quadro teórico que promova a identidade multifacetada da escola por meio de elementos que sustentam a tensão entre o desdobramento de novas relações dos atores educativos, numa perspectiva de transformação, e o reforço de tradições pedagógicas, metodológicas e disciplinares que engessam e interferem negativamente na forma como se sente os efeitos da escolaridade (Abrantes, 2003:48).

As diferenças também poderão encontrar-se na forma de interagir com o mundo e a natureza. Aqui o grupo poderá também candidatar-se para desenvolver projectos que sejam determinantes para a ecologia e clima, e desenvolver temas de cidadania activa, dado a sua capacidade (e competência) em liderar todo processo de organização/ dinamização de eventos. Esses projectos incluem actividades desportivas como base de fundo, como é exemplo a "Prevenção Rodoviária" e outras actividades organizadas na escola da escola incluídas e articuladas no Plano Anual. Como referido no Documento Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, há riscos de sustentabilidade que afectam o planeta e o ser humano e o cidadão do século XXI numa perspectiva globalizante, mas assente numa acção local.

Com efeito, a nova flexibilidade curricular que se debate actualmente, e cada vez mais, com a implementação do Perfil do Aluno, faz com que os docentes trabalhem mais em articulação com outras disciplinas, mais em equipa (ou no conselho de turma ou em blocos de disciplinas de acordo com a competência a desenvolver) e, como tal, requer mais tempo de planeamento, mais tempo de organização para finalizar na

dinâmica do evento (que pode ser, ou não, promovido dentro e fora da aula). Questiona-se se o docente terá horas para programar estas articulações, e se, apesar das escolas deterem 25% de autonomia de gerir o currículo, terão capacidade (quer a nível dos recursos humanos, quer nível dos recursos materiais) para promover e planear todas as actividades pretendidas.

Outro aspecto a ter em consideração é o financeiro. Quem pertence ao Conselho da Comunidade Educativa sabe que, em termos financeiros, as escolas estão mais controladas, ao deixarem de controlar o fundo escolar, fundo de maneio que dava margem para alguma flexibilidade em adquirir material necessário que ia surgindo sem programação e que permitia alguma flexibilidade nas actividades/eventos promovidas pela escola. Mas, a educação formal segue directrizes curriculares e submete-se ao controle dos sistemas e o planeamento das actividades a serem realizadas envolve o estabelecimento prévio dos objectivos a serem atingidos em um intervalo de tempo e respeitando determinados custos e estruturas presentes nas comunidades.

Segundo Abrantes (2003:8), uma face que permite construir novas relações entre os protagonistas da educação assenta na cultura de características como a informalidade, a criatividade, a iniciativa e o entusiasmo. Esta informalidade, enquanto característica educativa, encontra-se disponível no campo da educação não formal. São os clubes de desporto, de línguas, de teatro que a representam, superando as barreiras da instituição escolar e ocupando seu espaço, mas de forma lenta e enfraquecida. Contudo, as barreiras do tempo e da rigidez curricular permanecem e colocam-se como interfaces a um diálogo que se deseja estabelecer. Este aspecto do tempo disponível coloca-nos outra reflexão. A sobrecarga de trabalho dos docentes. Estes dedicam muitas horas em questões burocráticas, no planeamento de actividades, esgotando-se em outras tarefas que não estão no horário docente. Temos ainda a sobrecarga que docentes na avaliação dos pares, nos relatórios exigidos, nas adaptações constantes, nas tarefas extra aula e nas reuniões ao longo do ano lectivo.

Muitas vezes, ao pertencer por gosto e candidatura ao Conselho da Comunidade, não tenho horas disponíveis suficientes para as actividades a desenvolver. Participo no Conselho, como docente, porque acho que todos devem participar e colaborar neste órgão com o objectivo final de conhecer melhor a estrutura e organização da escola a nível da relação com o exterior (porque tem representantes da escola e da comunidade local) e a nível financeiro (aprovação da contabilidade e saber o custo de cada aluno da

nossa escola). Mas, a nível pessoal esta participação retira muitas horas úteis e não tenho qualquer compensação em termos de horário neste sentido. Como tal, nem todos os docentes se encontram motivados para este tipo de participação.

O mesmo acontece na participação na secção de avaliação do desempenho docente, e, como avaliadora interna tenho de avaliar e analisar os projectos e relatórios dos colegas de grupo e departamento sem qualquer horário definido ou compensatório. Sendo importante integrar e participar de forma activa e interventiva na vida da escola, torna-se difícil motivar colegas para estas funções por estes motivos de retirar de horas a nível pessoal.

Se aliarmos a estes aspectos que o professor de Educação Física também participa em actividades exteriores sem estarem incluídas no seu serviço, ou seja no seu tempo livre, poderemos ver a dificuldade acrescida em conseguir conciliar o interesse nos projectos com a falta de tempo disponível. Muitas das vezes, o director só autoriza a participação nestas actividades se o professor garantir as aulas curriculares, Mais uma vez, aos professores é-lhes retirado tempo privado. Todos estes aspectos não só lesam o professor como o próprio aluno que vê posto em causa a aproximação e cooperação com a comunidade envolvente, por falta de tempo do docente.

A falta de tempo não pode, contudo, ser explicação para que os projectos não se implementem com sucesso. Efectivamente, por vezes, nos deparamos com colegas que apesar de defender estas iniciativas não querem ter tarefas extra aos seus horários.

E para podermos defender e apresentar algum projecto, temos de demonstrar e fazer com que resulte, mostrando à comunidade escolar o seu valor e a sua mais-valia para o objectivo proposto. Neste sentido, e de acordo com Dubet, sendo o sistema educativo uma organização social, deverá privilegiar a função de integração concretizada, por seu lado, através da “capacidade da organização escolar acolher e reconhecer a comunidade e a vida juvenil” (Dubet, 1991:25).

De facto, esta nova flexibilidade curricular faz-nos pensar, se já não desenvolvíamos anteriormente a estas novas directrizes, as competências, os princípios e os valores no processo ensino aprendizagem. Será que teremos de deixar a vertente curricular assim tão de lado?! Os conhecimentos finais estarão a ser comprometidos? Atingidos? Como avaliar estes conhecimentos tendo em conta os testes disponibilizados? Como adaptá-los ao não ser uma avaliação sumativa? Será que os professores já não trabalham em equipa e em articulação, quer na vertical quer na

horizontal? Contamos com um alargado e longo plano anual de escola, com múltiplas actividades. Será que a escola está preparada para formar equipas de trabalho multi e interdisciplinares efectivas? Como será distribuído o horário do docente?!

Surgem muitas questões que ainda não estão respondidas, mas, no percurso de cada ano escolar, iremos nos adaptar e trabalhar para que o sucesso do aluno seja efectivo a vários níveis e lhes sejam proporcionados o maior leque de actividades que os façam crescer como futuros jovens cidadãos activos e modificadores dinâmicos da sociedade. Há que ter presente a ética da diversidade e o respeito pelas diferenças individuais, olhando para o homem na sua integridade, numa perspectiva de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade (Barbosa 2010: 7-24).

Limitações

Com este relatório procurámos caracterizar o docente (através da minha prática como professora) como um orientador e facilitador, que cria condições para que o aluno assuma um papel ativo na concretização das aprendizagens e na construção dos seus conhecimentos e valores. Baseia-se contudo, apenas, no estudo do meu caso, num universo restrito, de uma realidade específica, não podendo por isso ser alvo de generalizações.

As limitações deste estudo centram-se neste aspecto e na dificuldade na fundamentação das situações relacionadas com as minhas experiências escolares. Quando analisamos todo o percurso efectivado, percebemos a dificuldade, sobretudo na fase final, em conseguirmos estabelecer critérios teóricos adequados às características descritivas das actividades desenvolvidas. As minhas vivências como ser humano, evidenciam-se no relatar das experiências e estratégias como professora, principalmente ao nível das actividades físicas, onde através dos meus conhecimentos tentei adaptar estratégias inovadoras que até então os alunos não tinham vivenciado. Mas, também limitam a visão imparcial de todos estes processos de renovação que a escola está a viver e dinamizar. Pensamos que, por tal motivo, seria pertinente reflectir sobre outras formas de experimentar a docência e em novas linhas de acção que permitam o alargamento do âmbito deste estudo de modo a conhecer a realidade relativa a outras áreas disciplinares, bem como referentes a outros professores, a outras escolas/agrupamentos, de modo a conhecer e a caracterizar essas diferentes realidades.

Em minha opinião, a aplicação deste tipo de reflexão pessoal a um universo mais vasto permitiria conhecer melhor a realidade relativa à integração mais aprofundada da Educação Física nas escolas portuguesas e em diferentes áreas disciplinares, o que viria a possibilitar uma maior reflexão o sobre o seu papel na escola pública.

Referências Bibliográficas

Abrantes, P. (2003). *Os sentidos da escola. Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta.

Actividade Física e Saúde Pública Recomendações para Prescrição do Exercício. In: <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/1412-2062-1-PB.pdf>, Consultado em 10 maio de 2019.

Aprendizagens Essenciais. In: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais>, consultado a 10 Maio de 2019.

Azevedo, J. & Alves, J. (2010). *Projecto Fénix – Mais Sucesso para todos Memórias e Dinâmicas de Construção do Sucesso Escolar*. Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, Porto.

Barbosa, A. (2010). A educação holística. Enquadramento teórico. In *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*. 9, 7-24

Bento, J. – *Congresso - Desporto, Actividade Física e Saúde*. Em: <http://www.fcdef.up.pt/Actividades/DAFS/Introducao.html>, consultado a 15 de Novembro de 2018.

Bento, J. (1991) – Poderá o Homem Prescindir do Desporto. In: Bento, J. (1991). *Desporto, Saúde, Vida Em Defesa do Desporto*. Colecção Horizonte de Cultura Física. Lisboa: Editora Livros Horizonte, pp.74-77.

Bento, J. (2006) – *Da Falácia da Actividade Física*. In: *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. Vol.6, nº 3. pp. 259-261. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-05232006000300001&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1645-0523.

Bento, J. (2007) - *Do Desporto Como um Projecto Ético, para uma Mudança de Mentalidades e Atitudes*. In: Rubio, Katia; Reppold, Filho Alberto Reinaldo; Mesquita, Roberto Maluf; Todt, Nelson Schneider (2007) - *Ètica e Compromisso Social nos Estudos Olímpicos*. EDIPUCRS, Porto Alegre Brasil, p.47-52.

Bush, T. (1986). *Theories of educational management*. London: Harper & Row ,

Capinussú, J. (1997) - *Comunicação e Transgressão no Esporte*. Edição de IBRASA.

Cardoso L (2004) *Valores no desporto de jovens, atitudes face à prática desportiva e orientação motivacional*. Monografia de licenciatura. FCDEF - Universidade de Coimbra.

Carta Europeia do Desporto. Em: www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc120.pdf, consultado a 4 de Novembro de 2018. Carta aprovada pelo Ministros Europeus responsáveis pelo desporto na 7ª Conferência do Conselho da Europa, realizada nos dias 14 e 15 de Maio de 1992 em Rhodes (Grécia).

Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO, 1978. In: <http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/CartaInternacionalUNESCO.pdf>, consultado em 15 junho de 2019.

Carta Olímpica do Desporto. Em: <http://www.comiteolimpicoportugal.pt/conteudo-detalhe.php?id=16>, consultado a 15 de Janeiro de 2019.

Carvalho, A. & Constantino, J. (1986) – *O que é o Olimpismo? Pequeno Manual de Iniciação*. Livros Horizonte. Lisboa.

Castro, H. & Alves, J. (2013) - Avaliação de escolas: ritual de legitimação e gerenciamento de impressões. In: *Educação Temas e Problemas*, 12 e 13, pp. 121-142.

Caten, C. (2004) – *Discutindo Valores Humanos na Educação Física Escolar a partir do Movimento Humanista*. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Educação Física do Centro de Desportos, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Comissão Europeia (2007). *Livro Branco do Desporto* – Comissão Europeia, consultado em 19 Fevereiro de 2019.

Conferência Currículo para o Século XXI: competências, conhecimentos e valores numa escolaridade de 12 anos Em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Conferencia_Ed_Sec_XXI/programa_original_texto_introdutorio.pdf

Costa, J. A. (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: Edições Asa.

Cruz J. & Boixadós M. & Valiente L. & Torregrosa M. (2001). *Se pierde el “fairplay” y la deportividad en el deporte en edad escolar?* Apunts: Educación Física y Deportes, pp.6-16.

Currículo do Ensino Básico e do Ensino Secundário para Construção de Aprendizagens Essenciais Baseado no Perfil dos Alunos. In: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/ae_documento_enquadrador.pdf, consultado a 10 Maio de 2019.

Dubet, F. (1991). *Les lycéens*. Paris: Seuil

Estêvão, C (2018). *Repensar a escola como organização a escola como lugar de vários mundos*. 1ª Edição. Editora Laboro, São Luís.

Estêvão, C. (2004). *Educação, justiça e democracia*. S. Paulo: Cortez Editora.

Estêvão, C. (2011). A Escola como Organização Educativa. Em <https://www.scribd.com/document/293176241/Capitulo-i-a-Escola-Como-Organizacao-Educativa>. Consultado em 20 Abril de 2019.

Esteves, J. (1975). Abertura. In: Esteves, J *O Desporto e as Estruturas Sociais*. Prelo Editora. Lisboa. p.11-13.

Esteves, J. (1999) *O Desporto e as estruturas sociais – um ensaio sobre a interpretação do fenómeno desportivo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Estratégia Nacionais da Educação para a Cidadania, In: Exemplo de uma escola De Cidadania, In: http://esc-joseregio.pt/wp-content/uploads/2019/01/EECE_ESJR-vers%C3%A3o-final.pdf, consultado a 10 Maio de 2019.

Estratégia Nacional de Educação para Cidadania. Em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf, consultado a 10 Maio de 2019.

Feio, Noronha (1985) – O Valor Social e Pedagógico do Desporto. In: Portugal Desporto e Sociedade. *Terra Livre*, Direcção-Geral da Comunicação Social, Lisboa, 10-15.

Fernandes, H. & Costa, H. & Moreira, M. & Bogdan, I. & Dias, L. & Serôdio, A. (2003). “Valores no Desporto”. Estudo Exploratório das Atitudes Desportivas e Orientações Motivacionais em Alunos de Educação Física. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Revista Digital*. Buenos Aires, 9, nº 67 Em: <http://www.efdeportes.com/efd67/valores.htm>, consultado a 20 de Janeiro de 2019.

Fonseca A (1999). *Atribuições em contextos de actividade física ou desportiva*. Tese de Doutoramento. FCDEF - Universidade do Porto.

Fonte Eclésia (2003) - *O Desporto ao Serviço da Construção da Pessoa e do Encontro dos Povos*. Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa por ocasião do EURO 2004, Fátima. Em: <https://agencia.ecclesia.pt/portal/o-desporto-ao-servico-da-construcao-da-pessoa-e-do-encontro-dos-povos/>, consultado a 8 de Maio de 2019.

Freitas F (2004) *Valores no desporto de jovens, atitudes face à prática desportiva e orientação motivacional – relatório preliminar em jovens atletas de desporto escolar e desporto federado*. Monografia de licenciatura. FCDEF. Universidade de Coimbra.

Garcia, R. & Lemos, K. (2005) – *Temas (quase éticos) de Desporto*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física.

GARCIA, Rui; QUEIRÓS, Paula (2007) - Educação Física Escolar e os Novos Valores, Compreensão da Educação Física à Luz das Mutações Axiológicas da nossa Sociedade neste Final de Milénio. Em: http://www.motricidade.com/index.php?option=com_content&view=article&id=148:educacao-fisica-escolar-e-os-novos-valores&catid=50:gestao&Itemid=90, consultado a 26 de Maio de 2009.

Gentili, P. (2004). *Pedagogia da Exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes.

Gonçalves CA (2004) A educação para os valores na educação física e no desporto infanto-juvenil. Comunicação apresentada no Congresso *O Desporto, a Ética e os Valores*. Lisboa. Universidade Lusófona.

Gonçalves, C. & Cardoso, L. & Freitas, F. & Lourenço, J.; Coelho e Silva, M. – (2017) *Valores no Desporto de Jovens: Conceções e Instrumentos*. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física Universidade de Coimbra. Em: <https://woc.uc.pt/fcdef/getFile.do?tipo=2&id=153>, consultado a 26 de Maio de 2019.

Gonçalves, C. (2000). A competição no Desporto infanto-juvenil. *Notícias do Espírito Desportivo* (on-line), 9 (3), 1 In: <http://www.cm-oeiras.pt>, consultado 22 de maio de 2019

Gonçalves, Carlos, E Luís Cardoso Francisco Freitas João Lourenço Manuel J Coelho E Silva (2005). *Valores no Desporto de Jovens: Conceções, Instrumentos e Limitações*.

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Universidade de Coimbra
Sociedade Portuguesa Boletim de Educação Física.

Guimarães, A. & Pelline, F. & Sobral, J. & Araújo, R. & Mazzini, J. (2001). *Educação Física Escolar: Atitudes e Valores*. In: Motri. Universidade Estadual Paulista. 7, nº1, pp. 17-22

Hassenforder, J. (1974). *A inovação do ensino*. Lisboa: Horizonte.

Lee M (1996) *Young people, sport and ethics: an examination of fairplay in youth sport*. Unpublished report submitted to the Sports Council Research Unit, London.

Lee M, Cockman M (1991) *Ethical issues in sport: emergent values among youth football and tennis players*. Unpublished report submitted to the Sports Council Research Unit, London.

Lee M, Whitehead J (2002) *The effect of values, achievement goals, and perceived ability on moral attitudes in youth sport*. Unpublished report submitted to the Economic and Social Research Council. London.

Lee M, Whitehead J, Balchin N (2000). The measurement of values in youth sport: development of the youth sport values questionnaire. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 22(4), p.307-326.

Lima, C. (2011) - *Administração Escolar: Estudo*. Porto Editora, Coleção: Educação e Formação

Lima, L.C. (1992). *A escola como organização e participação na organização escolar*. Braga: Universidade do Minho.

Lopes, H. & Gouveia, É. & Alves, R. & Correia, A. (2014) - *Problemáticas da Educação Física*. Universidade da Madeira, Funchal: In: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1699/1/Problem%C3%A1ticas%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20IHelderLopes.pdf>, consultado em 20 Março de 2019, p.116-119.

Lourenço J (2004) *Valores no desporto de jovens, atitudes face à prática desportiva e orientação motivacional – relatório preliminar em jovens atletas masculinos e femininos*. Monografia de licenciatura. FCDEF - Universidade de Coimbra.

Marques A (2002) *Conceito geral de treino de jovens - aspectos filosóficos e doutrinários da actividade e do treinador*. Treino Desportivo, p. 4-11.

Miller, D. (1992) - *Olympic Revolution: the Biography of Juan Antonio Samaranch*. Edition: Illustrated Original da Universidade de Virginia. Edição de Pavilion.

Morgan, G. (1996). *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas.

Netto, I. (2008) – O Educador e a Ética, QI Faculdade & Escola Técnica. Viamão.

Nunes, Etelvina - *Identidade e Pessoaalidade: um Caminho e um Processo*. Em: <http://cienciascognitivas.planetaclix.pt/coloq-set2.html>, consultado a 3 de Maio de 2019.

Para uma Educação Inclusiva – Manual de Apoio à Prática (2018). Em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/manual_de_apoio_a_pratica.pdf, consultado 16junho de 2019

Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória. In: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_il_dos_alunos.pdf, consultado a 5 Maio de 2019.

Perfil do aluno no XXI, In: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/perfil_do_aluno.pdf, consultado a 5 Maio de 2019.

Pires, G. (1996) –Para uma Dimensão Organizacional do Conceito de Desporto – um projecto Pentadimensional de Geometria Variável. In: *Desporto e Política – Paradoxos e Realidades*. Funchal: Ed. “O Desporto”. n.º 93, 6/5794, pp. 366-371.

Programa Nacional para a Promoção da Actividade Física. In: <https://www.dgs.pt/programa-nacional-para-a-promocao-da-atvidade-fisica/perguntas-e-respostas.aspx>, Consultado em 10 maio de 2019.

Programas de Educação Física de 3º ciclo. Em: http://www.min-edu.pt/np3content/?newsId=20&fileName=op_fisica_desportiva.pdf, consultado a 7 de maio de 2019.

Projecto Autonomia e Flexibilidade Curricular, Em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/ae_educacao_fisica_introducao_geral_secundario.pdf, consultado em 22 de maio 2019.

Projecto Educativo da Escola 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade – Freguesia do Campanário, concelho da Ribeira Brava/Funchal Madeira. Em: <http://escolas.madeira-edu.pt/eb23cjjgandrade/AEscola/ProjetoEducativodeEscola/tabid/8607/Default.aspx> Consultado em 26 Março de 2019.

Ribeiro, I. F. (2010) - *Prática Pedagógica e Cidadania: Uma Interpretação Crítica Baseada na Ideia de Competência*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de Estudos da Criança Área do conhecimento em Formação de Professores.

Ribeiro, J. (1994) *Caracterização da prática desportiva do jovem*, Monografia. Lisboa: UTLFMH, pp. 5-10.

Robert E. H. (1978). Estocásticas implicações da hipótese da renda permanente do ciclo de vida. *Revista de economia política*, 86 (6), pp.71-87.

Royer, J. (1977). Pesquisas sobre o significado humano do desporto e dos tempos livres e problemas da história da Educação Física. In: Adam, Y. & Argéles, J & Besse, G. *Desporto e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Seara Nova, pp 6-24.

Royer, J. (s.d.) – *Significação Humana do Desporto – Perspectivas do Desporto*. Cultura e Desporto. Lisboa: Editora do Ministério da Educação e Cultura - Direcção Geral dos Desportos.

Scheerens, Jaap (2004). *Melhorar a Eficácia das Escolas*, Porto, Edições Asa

Schwarz S (1994) Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, Vol 50, Issue 4, p.19-45.

Sérgio, M. (2005) – *Filosofia e Desporto*. Seminário na UBI – Urbi & Orbi Jornal online da Ubi, da Covilhã e do Resto, Edição 300. In: http://www.urbi.ubi.pt/051101/edicao/300ubi_conferencia_desporto.htm, consultado a 24 de Janeiro de 2019.

Sérgio, M. (s.d) - *Resenha do livro: “Motricidade Humana” - Contribuições para um Paradigma Emergente*. Instituto Piaget. Em: <http://www.centro->

filos.org.br/download/resenhas/motricidade_humana.doc., consultado a 1 de Fevereiro de 2019.

Sousa, P. (2006) – *Desenvolvimento Moral na Adolescência*. Tese de Mestrado em Psicologia Pedagógica da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0296.pdf>, consultado a 5 de Junho de 2009.

Souza A, & Prado, J. (2009). -*Imagens Da Escola Como Organização: Uma Análise Comparativa Entre o Modelo Burocrático e a Anarquia Organizada através de Metáforas*, São Paulo, ANPAD.

Tavares, T. & Tavares, D. & Viana, N. (2018) - A gestão escolar democrática e a importância do projeto político-pedagógico e dos conselhos escolares. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n.5582, 13out. 2018. In: : Consultado em 24 Janeiro de 2019.

Torregosa M. & Lee M. (2000). El estudio de los valores en psicología del deporte. *Revista de Psicología del Deporte*, 9 (1-2): 71-83.

Vieira, F. (2007). *As orientações educacionais dos professores de Educação Física e o currículo institucional*. Lisboa: Instituto Piaget.

Despacho 6478 de 2017 - <https://dre.pt/home/-/dre/107752620/details/2/maximized>, consultado a 6 Maio de 2019.

Despacho 6944 de 2018 - <https://dre.pt/home/-/dre/115738779/details/maximized>, consultado a 6 Maio de 2019.